



RELATÓRIO INSTITUCIONAL 2025

Brasília-DF, Abril de 2026

EQUIPE DO INESC

Conselho Diretor

Aline Maia Nascimento
Elisabetta Recine
Luiz Gonzaga de Araújo
Romi Márcia Bencke

Conselho Fiscal

Enid Rocha
Augustino Veit

Colegiado de Gestão

Cristiane da Silva Ribeiro
José Antônio Moroni
Nathalie Beghin

Gerente Financeiro, Administrativo e de Pessoal

Ana Paula Felipe

Assistente da Direção

Marcela Coelho M. Esteves
Thayza Benetti

Planejamento, Monitoramento, Avaliação e Aprendizagem – PMAA

Adriana Silva Alves

Equipe de Comunicação

Gabriela Alves
Sílvia Alvarez
Thays Ferrari Puzzi

Assessoria Política

Alessandra Cardoso
Carmela Zigoni
Carolina Alves
Cássia Lopes
Cássio Cardoso Carvalho
Cleo Manhas
Dyarley Viana de Oliveira
Rárisson Sampaio
Teresa Ruas
Thallita de Oliveira

Educador Social

Markão Aborigine

Assistente de Contabilidade

Josemar Vieira dos Santos
Assistente Financeiro
Ricardo Santana da Silva

Auxiliares Administrativos

Adalberto Vieira dos Santos
Eduarda R. Aguiar Figueiredo
Eugênia Christina Alves Ferreira
Isabela Mara dos Santos da Silva

Auxiliar de Serviços Gerais

Roni Ferreira Chagas

Estagiário

Andrey Felype

APOIO INSTITUCIONAL

Charles Stewart Mott
Foundation
ClimateWorks
CLUA – The Climate and Land
Use Alliance
ETF – Energy Transition Fund
Fastenaktion
Fundação Heinrich Böll
Fundação Ford
Fundar
Fundo Malala
ICS – Instituto Clima e
Sociedade
KNH – Kindernothilfe
OSF – Open Society
Foundations
PPM – Pão para o Mundo
RNF – Rainforest Foundation
Norway
TILT Collective – Windward
Fund
União Europeia

Inesc – Instituto de Estudos Socioeconômicos

Endereço: SCS Quadra 01 - Bloco L, nº 17, 13º Andar Cobertura
– Edifício Márcia. CEP: 70. 307-900 - Brasília/DF
Telefone: + 55 61 3212-0200
E-mail: inesc@inesc.org.br
Página Eletrônica: www.inesc.org.br

*É permitida a reprodução total ou parcial do texto, de forma gratuita,
desde que seja citada a fonte e inclua a referência ao texto original.*

Inesc em Números

Alcances	<ul style="list-style-type: none">Alcançamos mais de 25 mil pessoas, sendo que 59% eram mulheres, em 427 atividades realizadas.
Público diretamente atendido pelo Inesc em 2024	<ul style="list-style-type: none">Formamos em Orçamento e Direitos 540 crianças, adolescentes, jovens, ativistas e lideranças de organizações e movimentos sociais, sendo que 65% eram mulheres:<ul style="list-style-type: none">146 crianças e adolescentes de escolas públicas;53 estudantes meninas do ensino médio;133 jovens e adultos;208 lideranças de organizações e movimentos sociais.Formamos 1.246 pessoas em diversos temas estratégicos.
Campanhas promovidas pelo Inesc ou que contaram com ativa participação do Inesc	<ul style="list-style-type: none">Justiça tributária: realizamos, em parceria com organizações e movimentos sociais, duas campanhas: “Justiça Tributária Já!” e “Plebiscito Popular”. As mobilizações contribuíram para a aprovação da Lei nº 15.270/2025, que instituiu uma tributação mínima (de até 10%) para super-ricos no Brasil, definida para quem recebe acima de R\$ 50 mil mensais, incluindo lucros e dividendos. A medida, que objetiva aumentar a progressividade do sistema tributário, financia também a isenção do Imposto de Renda (IR) para quem ganha até R\$ 5 mil por mês.
Principais produtos	<ul style="list-style-type: none">Publicação: Orçamento e Direitos: balanço da execução de políticas públicas 2024.Artigo: Contribuições para uma reflexão sobre os avanços e desafios do federalismo climático brasileiro.Catálogo: Catálogo Iniciativas de adaptação climática no Brasil 2025.Nota técnica: À margem do orçamento: juventudes periféricas e a distribuição desigual de recursos no DF.Nota técnica: TFFF: solução controversa para o desmatamento.Nota técnica: Renda do petróleo no Brasil: desafios, contradições e caminhos para superação da era fóssil.Publicação: Mapa das Desigualdades 2024.Publicação: Energia e interseccionalidade: o impacto das tarifas de energia elétrica no orçamento das famílias brasileiras.Informativo: Adaptação climática no seu município.Publicação: Benefícios fiscaes, industrias extractivas y derechos humanos: avances, obstáculos y desafíos en América Latina.Publicação: Subsídios às fontes de energia fósseis e renováveis (2023-2024).Publicação: Desigualdade no Bolso: Justiça Fiscal para Mulheres Brasileiras.

Incidências realizadas	<ul style="list-style-type: none"> Realizamos, em parceria com organizações e movimentos sociais, 85 incidências, das quais 25 obtiveram resultados efetivos (29%). Os/as formandos/as realizaram 13 atividades de incidência em todo o território nacional.
Alguns resultados de incidências realizadas com organizações e movimentos sociais parceiros	<ul style="list-style-type: none"> Criação de aba específica no Portal da Transparência para gastos com a COP 30. Recomendação do MPF ao INCRA e à ANEEL sobre impactos de energias renováveis. Apoio do MPF à criação de políticas de igualdade racial em Marabá (PA) e Canaã dos Carajás (PA). Aprovação, no Conama, da resolução nº 511/2025 a primeira norma brasileira a incorporar o combate ao racismo ambiental. Aprovação, no Conselho de Participação Social, da recomendação de apoio à resolução do Conama sobre racismo ambiental. Eleição do Inesc para compor o Fórum Nacional de Transição Energética (Fonte), espaço público de debate da política energética nacional no âmbito do Conselho Nacional de Política Energética (CNPE). Contribuições para a construção de critérios de proteção socioambiental na Taxonomia Sustentável Brasileira, com foco no direito de participação de povos e comunidades tradicionais. Fortalecimento de salvaguardas e critérios de proteção socioambiental na Taxonomia Sustentável Brasileira. Aprovação da Lei nº 15.270/2025, que instituiu uma tributação mínima (de até 10%) para super-ricos no Brasil e que isenta pessoas com rendas mensais de até R\$ 5 mil.

Sumário

Lista de siglas.....	8
Apresentação.....	12
1. A agenda do Inesc em 2025.....	15
2. Objetivo específico 1: Sujeitos de direitos diversos com capacidade para influenciar, em âmbitos nacional e internacional, o orçamento público no enfrentamento das desigualdades e das iniquidades, em especial o sexismo e o racismo.....	17
2.1. Formação em Orçamento e Direitos	18
2.1.1. Onda de Direitos	18
2.1.2. Dandaras & Carolinas e Malalas do Cerrado	20
2.1.3. Juventudes Periféricas – Mapa das Desigualdades.....	21
2.1.4. Grito das Periferias.....	23
2.1.5. Formações e sensibilizações de lideranças populares em Orçamento e Direitos.....	25
2.2. Produção de informações sobre orçamento público.....	27
2.2.1. Balanço da execução das políticas públicas 2024	27
2.2.2. Agenda 2030	27
2.3. Incidência e campanhas na defesa de um sistema tributário justo e inclusivo.....	28
2.3.1. Campanha na defesa de um sistema tributário mais justo.....	28
2.3.2. Plebiscito Popular	31
2.4. Incidência por recursos orçamentários para a educação.....	32
2.5. Incidência por recursos orçamentários para a infância e a adolescência	32
2.6. Incidência por recursos orçamentários para a área de meio ambiente e clima.....	33

2.7. Incidência por recursos para políticas públicas voltadas para mulheres.....	35
2.7.1. GT Orçamento Mulher.....	35
2.7.2. Política Nacional de Cuidados	35
2.7.3. Projeto Mulheres Amazônicas	35
2.8. Incidência na agenda fiscal internacional.....	36
2.8.1. Tributação e gênero.....	36
2.8.2. Cooperação tributária internacional	36

3. Objetivo específico 2: sujeitos políticos subalternizados têm seus modos de vida e suas práticas reconhecidos e considerados pelas políticas públicas para a efetivação de direitos nos âmbitos local, nacional e internacional 38

3.1. Meio ambiente e mudança do clima	39
3.1.1. Adaptação e articulação com os entes subnacionais	39
3.1.2. O combate ao racismo ambiental.....	41
3.1.3. A resistência ao desmonte da legislação ambiental.....	42
3.2. Transição energética justa e popular.....	44
3.2.1. Incidência pelo progressivo abandono dos combustíveis fósseis	44
3.2.2. Energia e salvaguardas.....	45
3.2.3. Energia, gênero e raça	49
3.2.4. Fórum Nacional de Transição Energética (Fonte)	49
3.3. Os direitos das mulheres.....	51
3.3.1. Marcha das Mulheres Negras	51
3.3.2. Mulheres imigrantes e direitos humanos	51
3.3.3. Mulheres e mudança do clima	52
3.4. O Inesc na COP 30 e na Cúpula dos Povos.....	53
3.4.1. As negociações: a ênfase no financiamento	53
3.4.2. A Cúpula dos Povos	55
3.5. Outras atuações internacionais	58
3.5.1. BRICS.....	58
3.5.2. Acordos de comércio.....	58
3.5.3. A proteção da sociobiodiversidade	59

4. Objetivo específico 3: Coletivos, movimentos, povos e comunidades tradicionais fortalecidos para a promoção da distribuição equitativa de poder na sociedade, com ênfase na ação política antirracista e feminista 60

4.1. Plataforma dos Movimentos Sociais por Outro Sistema Político..... 60

4.2. Participação em espaços de defesa da democracia 62

4.2.1. Pacto pela democracia 62

4.2.2. Conselho Nacional de Participação Social 62

4.2.3. Conselho de Transparência, Integridade e Combate à Corrupção 63

4.2.4. Estreitamento do espaço cívico 63

4.2.5. Fórum Permanente Latino-Americano para a Descolonização da Cooperação 63

5. Objetivo específico 4: O Inesc tem a sua gestão institucional e a sua capacidade de captação de recursos aprimorada..... 65

5.1. Comunicação 65

5.1.1. Expansão nas redes sociais 65

5.1.2. Aumento do número de campanhas digitais e incidência temática..... 66

5.1.3. Maior presença na mídia..... 66

Desempenho do site e tráfego orgânico..... 66

Desempenho no Google 67

5.2. Gestão de pessoas e captação de recursos 68

5.3. Sustentabilidade..... 69

6. Considerações finais: desafios para 2026..... 70

Anexo I: Inserção política do Inesc em âmbito local, nacional e internacional..... 72

Anexo II: Resultados alcançados em 2025..... 74

Lista de siglas

ABCD	Ação Brasileira de Combate às Desigualdades
ANEEL	Agência Nacional de Energia Elétrica
ALERN	Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte
ABONG	Associação Brasileira de ONGs
AMRSA	Associação de Mulheres Rurais do Semiárido Alagoano
BAM	Belém Action Mechanism
CAC	Câmara Consultiva de Assessoramento Científico
CAI	Câmara de Articulação Interfederativa
CPS/CIM	Câmara de Participação Social do Comitê Interministerial sobre Mudança do Clima
CLDF	Câmara Legislativa do Distrito Federal
CTJC	Câmara Técnica de Justiça Climática
CUT	Central Única dos Trabalhadores
CEF	Centro de Ensino Fundamental
CEDENPA	Centro de Estudos e Defesa do Negro do Pará
CRRALT	Centro de Recuperação Regional de Altamira
CED	Centro Educacional
CEPAL	Comissão Econômica para América Latina e Caribe
CITSB	Comitê Interinstitucional da Taxonomia Sustentável Brasileira
CFEM	Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais
COP/UNFCCC	Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima
CONITEG	Congresso Internacional de Tributação, Gênero e Raça
CAU/PA	Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Pará
CDH/ONU	Conselho de Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas
CEAAL	Conselho de Educação Popular da América Latina e do Caribe
CTICC	Conselho de Transparência, Integridade e Combate à Corrupção
CLACSO	Conselho Latino-Americano de Ciências Sociais
CPS	Conselho Nacional de Participação Social
CNPE	Conselho Nacional de Política Energética
CONSEA	Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
CONAMA	Conselho Nacional do Meio Ambiente
CONANDA	Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente
CPLI	Consulta Prévia, Livre e Informada
CGU	Controladoria-Geral da União

UNFCITC	Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Cooperação Tributária Internacional
CEDAW	Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher
CDB	Convenção sobre Diversidade Biológica
DF	Distrito Federal
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
EFTA	European Free Trade Association
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
FASE	Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional
FETARN	Federação dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares do Estado do Rio Grande do Norte
FENATRAD	Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas
FPC	Forest, People and Climate
FONTE	Fórum Nacional de Transição Energética
FNDC	Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação
FPAmb	Frente Parlamentar Mista Ambientalista
UNFPA	Fundo de População das Nações Unidas
GAP	Gender Action Plan
GATJ	Global Alliance for Tax Justice
GGA	Global Goal on Adaptation
GIFT	Global Initiative for Fiscal Transparency
GDF	Governo do Distrito Federal
GAMBÁ	Grupo Ambiental da Bahia
GT	Grupo de Trabalho
GT-VP	Grupo de Trabalho de Violência Política de Gênero
IR	Imposto de Renda
IFI	Instituição Fiscal Independente
IBASE	Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IEMA	Instituto de Energia e Meio Ambiente
INESC	Instituto de Estudos Socioeconômicos
IDS	Instituto Democracia e Sustentabilidade
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IISD	International Institute for Sustainable Development
LDO	Lei de Diretrizes Orçamentárias
LOA	Lei Orçamentária Anual
LP	Licença Prévia
MP	Medida Provisória

Mercosul	Mercado Comum do Sul
MIR	Ministério da Igualdade Racial
MPF	Ministério Público Federal
MNI	Mobilização Nacional Indígena
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
MRI	Movimento Resistência dos Igarapés
NAP	National Adaptation Plan
NUMUR	Núcleo de Mulheres de Roraima
ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
OAB	Ordem dos Advogados do Brasil
ONU	Organização das Nações Unidas
OEA	Organização dos Estados Americanos
OIT	Organização Internacional do Trabalho
ONG	Organização não governamental
OCDE	Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico
PMAAS	Planejamento, monitoramento, avaliação, aprendizagem e sistematização
PNE	Plano Nacional de Educação
PPA	Plano Plurianual
PTLAC	Plataforma Regional de Cooperação Tributária para a América Latina e o Caribe
PoEMAS¹	Política, Economia, Mineração, Ambiente e Sociedade
PNERQ	Política Nacional de Educação Escolar Quilombola
PNTE	Política Nacional de Transição Energética
PNMC	Política Nacional sobre Mudança do Clima
PAD	Processo de Articulação e Diálogo
PGE/MPF	Procuradoria-Geral Eleitoral do Ministério Público Federal
PIB	Produto Interno Bruto
PDL	Projeto de Decreto Legislativo
PL	Projeto de Lei
PLDO	Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias
PLOA	Projeto de Lei Orçamentária Anual
PEC	Proposta de Emenda à Constituição
RJFALC	Red de Justicia Fiscal de América Latina y el Caribe
REBRIP	Rede Brasileira pela Integração dos Povos
RAC	Rede de Advocacy Colaborativo
Latindadd	Red Latinoamericana y del Caribe por Justicia Económica, Social y Climática

1 Grupo de pesquisa e extensão da Universidade Federal de Juiz de Fora — UFJF.

SECADI/MEC	Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização de Jovens e Adultos, Diversidade e Inclusão do Ministério da Educação
SG/PR	Secretaria-Geral da Presidência da República
SAR	Serviço de Assistência Rural
SGDCA	Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente
STF	Supremo Tribunal Federal
TSB	Taxonomia Sustentável Brasileira
Tierra	Transformations in Economies for Rights and Resources Alliance
TCU	Tribunal de Contas da União
TFFF	Tropical Fund Forever Facility
UE	União Europeia
UnB	Universidade de Brasília
UFAL	Universidade Federal de Alagoas
UFJF	Universidade Federal de Juiz de Fora
WRI	World Resources Institute
WGC	Women and Gender Constituency

Apresentação

Em 2025, a economia brasileira cresceu, a inflação foi contida e o mercado de trabalho apresentou indicadores favoráveis. Além disso, o desmatamento, um dos principais vetores de emissões de gases de efeito estufa no Brasil, caiu de forma expressiva, assim como os indicadores de fome e pobreza. Outra conquista importante para o país foi a aprovação de uma reforma tributária, que, de um lado, isentou de imposto de renda as pessoas que ganham até R\$ 5 mil por mês e, de outro, passou a tributar as rendas acima de R\$ 50 mil mensais oriundas do capital. Trata-se de mais um passo em direção à diminuição das desigualdades, inclusive de gênero e raça, pois as pessoas mais pobres são majoritariamente mulheres e negras, enquanto as mais ricas são homens brancos.

Contudo, a política monetária seguiu fortemente restritiva, os altos juros mantiveram elevado o custo da dívida e as regras fiscais continuaram comprimindo o financiamento de políticas públicas essenciais para a realização dos direitos humanos. As desigualdades de renda e patrimônio se agravaram, especialmente no topo da pirâmide, uma vez que as pessoas muito ricas ficaram proporcionalmente mais ricas do que o resto da população.

No campo político, o ex-presidente Jair Bolsonaro foi condenado a 27 anos de prisão por tentativa de golpe de Estado e, pela primeira vez desde o fim da ditadura militar, altas patentes das forças armadas nacionais foram para a cadeia pelo mesmo motivo.

No final de outubro, o país foi sacudido por um brutal episódio de violência do Estado: o governo do Rio de Janeiro realizou a operação policial mais letal da história, com 122 mortos nos complexos de favelas da Penha e do Alemão. A operação “Contenção”, nomeada de “massacre” pelos defensores de direitos, resultou na condenação da ação por parte dos órgãos internacionais de direitos humanos por sua amplitude e barbaridade.

O país continuou sendo afetado pelas mudanças climáticas: deslizamentos de terra em Minas Gerais e tornados sem precedentes no sul do Brasil, dentre outros fenômenos, deixaram milhares de pessoas desabrigadas e territórios destruídos. Apesar desses crescentes eventos e de suas dramáticas consequências, o Congresso Nacional aprovou uma medida que flexibiliza a legislação ambiental. Conhecida como “PL da Devastação”, a nova lei de licenciamento ambiental dá aval para o desmatamento, a poluição e a ameaça aos povos indígenas e às comunidades quilombolas e tradicionais.

No cenário internacional, o presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, continuou com suas medidas erráticas de protecionismo, contrárias às legislações internacionais. Infligiu, ao Brasil, e a diversos outros países, aumentos unilaterais de tarifas, chamadas de “tarifaço”, que acarretaram impactos na economia do país. O governo brasileiro, ao não conseguir negociar com a equipe de Trump, pôs em marcha mecanismos de mitigação,

tais como, apoio financeiro aos setores econômicos afetados, procura por novos mercados e aumento das tarifas de produtos estadunidenses. Tais medidas contribuíram para amortizar os graves efeitos do tarifaço.

O Brasil presidiu dois importantes eventos internacionais: os Brics e a COP 30. O Governo Federal buscou fortalecer o papel do país na governança global e nas agendas do desenvolvimento sustentável. No Brics, o país priorizou a cooperação no âmbito do Sul Global e liderou a aprovação de compromissos para ampliar o financiamento climático, a cooperação em saúde, o comércio, a governança da inteligência artificial e a reforma das instituições multilaterais. Já na COP 30, em Belém (PA), o principal resultado foi a aprovação do “Pacote de Belém” com decisões voltadas à transição justa, ao aumento do financiamento para a adaptação climática e o fortalecimento do Acordo de Paris, além da criação do Fundo Florestas Tropicais para Sempre (TFFF) e de novas iniciativas de cooperação climática. Mas, o Mapa do Caminho de Transição para Longe dos Fósseis, defendido pelo Brasil e por outros países, não foi incorporado ao documento final. A trajetória atual ainda não é suficiente para reduzir as emissões no ritmo necessário. Para evitarem impactos mais graves, os países precisam adotar metas mais ambiciosas e implementar rapidamente políticas de redução do uso de combustíveis fósseis e de proteção de ecossistemas.

A sociedade civil global, contudo, questiona fortemente o modelo de desenvolvimento vigente que reproduz o racismo e o patriarcado, assim como produz expropriação, exclusão e aquecimento global. A Marcha pelo Clima, realizada às vésperas da COP 30, reuniu 70 mil pessoas em Belém com o lema: “Da Amazônia para o Mundo”, com a defesa de pautas como o combate ao racismo ambiental e às desigualdades, a defesa da Amazônia e dos povos tradicionais e a promoção do bem viver.

O cenário internacional permaneceu turbulento, em grande parte como decorrência das ações de Trump, que assumiu a presidência dos Estados Unidos no início do ano. A guerra na Ucrânia (que não termina), o frágil acordo de paz em Gaza, a violência no Sudão, o sequestro e o encarceramento do presidente da Venezuela, os ataques dos Estados Unidos e de Israel ao Irã e as múltiplas elevações de tarifas do governo norte-americano contra seus parceiros comerciais foram e ainda são parte do noticiário.

A ocorrência de eventos climáticos extremos continuou impactando milhões de pessoas em diferentes partes do mundo. Ondas de calor extremas na Europa e no Mediterrâneo: países como Espanha, Itália, Grécia, Turquia e França enfrentaram temperaturas acima de 50°C, acompanhadas de grandes incêndios florestais que destruíram dezenas de milhares de hectares e ameaçaram cidades inteiras. Enchentes catastróficas provocadas por chuvas no sul da Ásia (especialmente no Paquistão) e o derretimento acelerado de geleiras resultaram em deslizamentos de terra, causando centenas de mortes e grande destruição de infraestruturas. Chuvas torrenciais na China foram seguidas da evacuação de dezenas de milhares de pessoas, com grandes prejuízos econômicos em várias províncias.

Na América Latina, o quadro político é bastante preocupante. Em 2025, com a vitória das extremas direitas em países como Equador, Bolívia, Honduras e Chile, somando-se a outros governos dessa mesma tendência Argentina, El Salvador, Peru e Paraguai, há atualmente mais países nas mãos de lideranças antidemocráticas. No campo progressista sobram México, Colômbia, Brasil e Uruguai, sendo que no Brasil e na Colômbia as eleições presidenciais de 2026 estarão marcadas por incertezas.

Nesse contexto bastante turbulento, o Inesc atuou monitorando as políticas públicas e seus orçamentos, participando de conselhos de políticas públicas e de debates em torno de programas e ações públicas. Em parceria com organizações e movimentos sociais, também atuamos na defesa da democracia, lutando por processos eleitorais mais justos e inclusivos, assim como incidindo por políticas públicas mais equitativas. Investimos energia no tema da adaptação climática tanto no Brasil quanto nas negociações de clima, considerando os terríveis impactos dos eventos extremos no país. Avançamos na agenda do financiamento climático, o que é considerado um dos principais gargalos do combate ao aquecimento global. Aprofundamos nossos conhecimentos na área de energia diante dos desafios postos para a transição energética. Participamos ativamente da organização das atividades da sociedade civil relacionadas à COP 30, e acompanhamos as negociações oficiais. Também atuamos nas negociações internacionais da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Cooperação Tributária internacional buscando contribuir com sistemas tributários mais justos e participativos.

1. A agenda do Inesc em 2025

O Inesc é uma organização não governamental sem fins lucrativos, não partidária e com finalidade pública. Criada em 1979, a organização orienta-se para ampliar a participação em espaços de poder e de deliberação de políticas públicas. Em suas intervenções, utiliza o instrumental orçamentário como eixo estruturante do fortalecimento e da promoção da cidadania. Na construção de seus posicionamentos e de suas ações, o instituto atua em estreita parceria com outras organizações, outros movimentos e coletivos sociais.

O ano de 2025 foi o último ano do nosso plano estratégico (de 2022 a 2025). Assim, nossa atuação está organizada em torno de um objetivo geral e de quatro objetivos específicos. Nosso objetivo geral é o de contribuir para que o Brasil avance na construção de um ambiente democrático com distribuição de poder e oriente seu orçamento público para promover direitos com equidade.

Para alcançarmos esse objetivo, estabelecemos os seguintes objetivos específicos: (1) sujeitos de direitos diversos com capacidade para influenciar, em âmbitos nacional e internacional, o orçamento público no enfrentamento das desigualdades e das iniquidades, em especial o sexismo e o racismo; (2) sujeitos políticos subalternizados têm seus modos de vida e suas práticas reconhecidos e considerados pelas políticas públicas para efetivação de direitos nos âmbitos local, nacional e internacional; (3) coletivos, movimentos, povos e comunidades tradicionais fortalecidos para a promoção da distribuição equitativa de poder na sociedade, com ênfase na ação política antirracista e feminista; e (4) o Inesc tem a sua gestão institucional e a sua capacidade de captação de recursos aprimoradas.

Esperamos que a nossa atuação com organizações parceiras e aliadas nos leve à conquista de nove resultados que são medidos a partir de 21 indicadores, incluindo os indicadores de objetivos. Nossas principais estratégias de atuação são as seguintes: (a) produzir informações sobre investimentos, políticas públicas, orçamento, justiça fiscal e negociações internacionais para alimentar as lutas por direitos humanos e pela democracia sendo que as áreas centrais de intervenção são aquelas nas quais o Inesc possui expertise: justiça fiscal, saúde, educação, direito à cidade, meio ambiente e clima, energia, igualdade racial, equidade de gênero, povos indígenas, quilombolas, crianças e adolescentes, outro sistema político; (b) formar crianças, adolescentes, jovens, ativistas e lideranças em orçamento e direitos e justiça fiscal; (c) incidir perante o Poder Público Executivo, Legislativo, Judiciário e Ministério Público, buscando evitar retrocessos no sistema político e na realização de direitos humanos; (d) articular ações de incidência e resistência em âmbito local, nacional e internacional; e (e) trabalhar com outros para potencializar e legitimar o alcance das ações por meio de parcerias, mobilizações e campanhas.

Em 2025, dando continuidade a uma estratégia de sustentabilidade financeira sólida, procuramos manter a diversificação de nossas fontes de financiamento: contamos com o apoio de 19 organizações e administramos dois projetos de articulações de que o Inesc faz parte. Entre organizações financiadoras estão fundações americanas e agências de cooperação solidária internacional. Nosso orçamento foi da ordem de R\$ 15 milhões e contamos com uma reserva de pouco mais de R\$ 4 milhões. Nossa equipe alcançou um total de 29 profissionais, incluindo direção, assessoria, área administrativo-financeira e estagiários/as, sendo que a maioria é composta por mulheres (74%) e cerca de dois terços por pessoas autodeclaradas negras.

Na área administrativa e financeira, o ano de 2025 foi de aprimoramento da implementação do sistema Radar, que integra os campos financeiro, contábil e gerencial, dentro de um novo plano de contas, seguindo as normas de contabilidade brasileira.

Disponibilizamos as informações institucionais no nosso *site* (documentos constitutivos; sócios; conselhos diretor e fiscal; relatórios de atividades, de auditoria e financeiros; projetos e apoiadores, as políticas, entre outras informações). Possuímos, ainda, o *e-mail* institucional (falecomoinesc@inesc.org.br), por meio do qual qualquer cidadão/ã pode se comunicar conosco, solicitar informações, apresentar sugestões e encaminhar reclamações.

A seguir, apresentamos os principais resultados alcançados em 2025 em torno dos quatro objetivos específicos que norteiam nosso plano estratégico.

2. Objetivo específico 1: Sujeitos de direitos diversos com capacidade para influenciar, em âmbitos nacional e internacional, o orçamento público no enfrentamento das desigualdades e das iniquidades, em especial o sexismo e o racismo

No âmbito desse objetivo, atuamos em diversas frentes na luta por justiça fiscal: (i) realizamos a formação de crianças, adolescentes, jovens e lideranças de organizações e movimentos sociais para a interpretação e análise do orçamento público na perspectiva dos direitos humanos (para isso, utilizamos metodologia desenvolvida pelo Inesc intitulada “Orçamento e Direitos”); (ii) realizamos estudos e pesquisas sobre gastos federais em áreas específicas; (iii) incidimos junto aos poderes públicos para que as políticas promovam inclusão e equidade, especialmente de classe, gênero e raça; (iv) atuamos, no âmbito internacional, em espaços como Brics, Plataforma Latino-Americana de Tributação e Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Cooperação Tributária Internacional.

2.1. Formação em Orçamento e Direitos

Em 2025, o Inesc formou, na metodologia Orçamento e Direitos, 510 pessoas, sendo que 332 eram mulheres (65%) e 170 eram homens (veja a tabela 1). A maior parte das pessoas formadas é composta por pessoas negras, periféricas e jovens lideranças.

TABELA 1 INESC: PESSOAS FORMADAS EM ORÇAMENTO E DIREITOS, POR SEXO (2025)

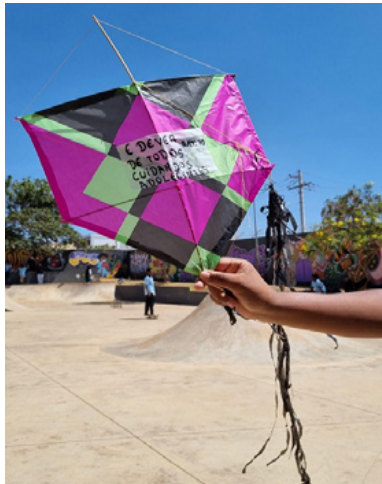
Públicos	Mulheres	Homens	Não Binárias	Total
Formação em Orçamento e Direitos do projeto Mulheres Amazônidas	24	1	ND	25
Ciclo Formativo em Orçamento Público Agenda 227	30	25	ND	55
Oficina Orçamento público - Módulo Orçamento e Direitos	39	15	ND	54
Formação Promotoras Legais Populares - Justiça Fiscal e Mulheres	34	0	ND	34
Projeto Malalas do Cerrado	23	0	ND	23
Projeto Dandaras & Carolinas	30	0	ND	30
Projeto Onda: Diversidade e Direitos	70	76	ND	146
Grito das Periferias	50	36	6	94
Mapa das Desigualdades	22	17	ND	39
Fortalece Elas: Políticas Públicas e Equidade de Gênero nos Municípios	40	0	ND	40
Total				540

Elaboração: Inesc.

2.1.1. Onda de Direitos

Em 2025, o **Projeto Onda** atendeu 146 adolescentes em suas atividades, em parceria com o Centro de Ensino Fundamental Dra. Zilda Arns, no Itapoã (DF), sendo que 76 eram do gênero masculino e 70 do feminino. Além disso, 57 adolescentes se identificaram como pessoas pretas, 67 como pardas, 16 como brancas e 6 não autodeclararam cor/raça. O foco do processo formativo foi a preparação para a realização de incidências junto à escola e junto ao Governo do Distrito Federal (GDF), por meio de audiência pública. Essa preparação se deu com oficinas de participação política e de escuta das demandas dos adolescentes tanto para escola quanto para seus territórios.

Também foi realizado um mapeamento do Sistema de Garantia de Direitos (SGD) do Itapoã, a fim de demonstrar a importância e as falhas dos equipamentos públicos da região administrativa, o que deu subsídios para as propostas do projeto Onda apresentadas em audiência pública na Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF), por um adolescente que esteve à mesa em 7 de novembro.



Oficina do Projeto Onda sobre ECA em 20/08/25. Foto: Rafaela Valenza.

Representante do Projeto Onda em sua apresentação na Audiência Pública na CLDF em 07/11/25. Foto: Gabriela Pires.



Os adolescentes do projeto representaram o Distrito Federal no Seminário Regional de Revisão e Elaboração do Plano Decenal dos Direitos da Criança e do Adolescente, e foram eleitos delegados para o Seminário Nacional em 2026.

O projeto Onda também foi convidado a integrar o Ciclo de Debates sobre o ECA Digital. Além disso, uma adolescente representou o projeto na *live*: “Brasil e a Proteção de Crianças e Adolescentes em Ambientes Digitais”.

Um destaque da atuação do projeto na escola foi o processo de construção da Política de Proteção Institucional de Crianças e Adolescentes do CEF Dra. Zilda Arns, que contou com a participação de professores, estudantes e trabalhadores dos serviços gerais, de alimentação e de gestão. Foram realizadas escutas e formaram-se grupos de trabalho para a elaboração das diretrizes principais da política e das ações correspondentes para o enfrentamento e a proteção contra as violências, principalmente contra o racismo, a LGBTfobia, o machismo e o capacitismo na escola. Foi entregue uma primeira minuta de proposta de uma política a ser referendada em 2026 e complementada com a inclusão do trabalho a ser realizado com as famílias. Inauguramos também no mesmo ano rodas de conversas apenas com meninos para discutir masculinidades, considerando o alto índice de ocorrências de violências e desrespeitos dos meninos em relação às meninas, a eles mesmos e à escola.

Por fim, adolescentes do projeto Onda também participaram ativamente do Seminário Grito das Periferias e apresentaram suas propostas para a Carta da Rede de Adolescentes e Jovens assinada em 15 de novembro a ser utilizada em 2026 para a continuidade das incidências junto ao GDF e aos candidatos ao governo.

Adolescentes do Projeto Onda no Seminário Grito das Periferias no dia 15/11/25. Foto: Gabriela Pires.



2.1.2. Dandaras & Carolinas e Malalas do Cerrado

Ao longo de 2025 foram realizados dois processos de formação e incidência com meninas adolescentes, com o apoio do Fundo Malala: o Dandaras & Carolinas e o Malalas do Cerrado.

Participaram do projeto Dandaras & Carolinas 30 meninas, sendo que são 10 de Brasília (DF), 10 são quilombolas de diferentes regiões do Brasil, 5 são de Recife (PE) e 5 são de Belo Horizonte (MG). Já o projeto Malalas do Cerrado contou com 23 meninas. O processo de formação iniciou-se em 2024 e se estendeu até abril de 2025, quando as meninas estiveram em Brasília para um encontro presencial de encerramento e para ações de incidência. Estiveram em audiência com o Ministério da Educação, por meio da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (Secadi), quando puderam dialogar com gestores sobre as demandas, tais como a efetivação da Política Nacional de Educação Escolar Quilombola (Pnerq), além de metas antirracistas e antissexistas no novo Plano Nacional de Educação (PNE). Tiveram audiência no Ministério da Igualdade Racial (MIR), onde foram recebidas pela Ministra Anielle Franco. Além disso, protagonizaram uma audiência pública na Comissão de Educação da Câmara dos Deputados, onde entregaram um abaixo-assinado com o pedido de um PNE Antirracista e Antissexista. O ato inspirou o caderno de emendas da Frente Parlamentar Mista Antirracista para a comissão especial que analisou o PNE.



O segundo processo, ainda em curso, é o Malalas do Cerrado, que formou 29 meninas em Orçamento e Direitos, com ênfase em formação antirracista e antissexista para incidência no Plano Nacional de Educação. O Inesc foi convidado a participar de uma trilha de formação dentro do currículo do novo ensino médio e ficamos na escola ao longo de um semestre, todas as sextas, oferecendo formação para o grupo de meninas. Ao final, formamos um grupo de ativistas, com 16 das 29 meninas, que seguiram atuando na escola e em outros espaços como multiplicadoras e incentivadoras do ativismo pela educação. O grupo seguiu na formação, com conteúdos sobre a política de educação e educomunicação. Lançaram um fanzine na escola, cujo tema do primeiro foi o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), visto que muitas delas fariam as provas para o ingresso na Universidade. Apresentaram o projeto em outra escola, durante uma mostra cultural antirracista. Estiveram em audiência pública na Câmara Legislativa do DF e participaram ativamente do seminário antirracista, organizado pela escola em parceria com o Inesc.

2.1.3. Juventudes Periféricas – Mapa das Desigualdades

Em 2025, o projeto **Mapa das Desigualdades** atendeu 39 adolescentes e jovens no ciclo de formação realizado pelo Inesc, alcançando 13 territórios periféricos do DF e do entorno. O grupo foi composto por 22 mulheres (1 trans) e 17 homens (2 trans), sendo que 32 eram pessoas negras, 1 era indígena e 6 eram brancas.



Oficina de formação.
Foto: Marcus Aurélio
Dantas da Silva
Junior/Inesc.

O projeto teve o objetivo de formar jovens, prioritariamente negros e periféricos, em orçamento público nas áreas de educação, mobilidade urbana, raça e gênero para que, a partir do monitoramento das políticas, incidam pelo fortalecimento da transparência e pela redução das desigualdades no DF. Foram realizadas 11 oficinas de formação em orçamento, direitos e políticas públicas; 2 oficinas de educomunicação; e 6 oficinas de análise de dados e pesquisa. Além disso, foram realizados 3 eventos político-culturais e 1 audiência pública.

Os jovens atuaram fortemente nas mobilizações contrárias à instalação de uma **Usina termoelétrica em Samambaia(DF)**, uma vez que constitui um empreendimento com potencial de causar danos ambientais e sociais diretos e irreversíveis na região. Em outubro, o Ibama indeferiu o pedido de Licença Prévia (LP) para a construção da usina.

O grupo também participou de uma audiência pública sobre o Plano Distrital de Educação e realizou reuniões com a Gerência Regional de Ensino da Candangolândia e a Administração Regional do Riacho Fundo 2, quando apresentou demandas como a construção de escolas de ensino médio, mais linhas de transporte público e a melhoria na iluminação do território. Além disso, o grupo enviou uma [Carta de Recomendações ao Portal da Transparência do Distrito Federal](#).



Atividade de Incidência.
Foto: Inesc.

Um [vídeo sobre o racismo ambiental](#) sofrido por territórios vulnerabilizados, produzido no âmbito do projeto, foi exibido na COP 30 durante o lançamento da Plataforma Futuros Positivos, uma iniciativa global que conecta saberes ancestrais, experiências periféricas e produção acadêmica para inspirar novas formas de viver e agir diante das crises do nosso tempo.

Por fim, realizamos uma audiência pública na Câmara Legislativa do Distrito Federal na qual lançamos a publicação [Mapa das Desigualdades 2024](#) e duas músicas, que traduzem os dados da desigualdade social do Distrito Federal analisados pela juventude. Em 2026, a cartilha será utilizada como ferramenta na continuidade de mobilização das juventudes, dos territórios e para outras incidências perante os poderes públicos do DF.

No campo da produção cultural, o projeto lançou dois videoclipes, com o protagonismo de 7 jovens. Além disso, realizou 3 eventos políticos culturais no CED 1 do Riacho Fundo 2; no Cio das Artes, em Ceilândia; e no Armazém do Campo, no Plano Piloto. O projeto também lançou o *podcast*: “Quem Faz o Mapa: O Podcast do Mapa das Desigualdades”, que contou com 6 episódios.

Oficina de formação. Foto: Marcus Aurélio Dantas da Silva Junior/Inesc.





Atividade político-cultural no CED 1 do Riacho Fundo 2. Foto: Inesc.

Participação de jovens do Mapa das Desigualdades na Marcha das Mulheres Negras. Foto: Inesc.



2.1.4. Grito das Periferias

Em 2025, o projeto **Grito das Periferias** teve o objetivo de formar e capacitar 75 adolescentes e jovens de 16 a 29 anos de idade moradores das Regiões Administrativas de Ceilândia, Estrutural e Itapoã (periferias do DF) nos temas de orçamento público, direitos humanos e direito à cidade na perspectiva de raça e gênero para influenciarem o orçamento público do Distrito Federal por meio de ações e incidências políticas.



Oficina de formação em orçamento público na região de Ceilândia em 29/07/25. Foto: Roger Peixoto.

Ao todo, alcançamos 94 adolescentes e jovens nas oficinas formativas, que aconteciam quinzenalmente nos próprios territórios: 50 mulheres (4 trans), 36 homens (1 trans), 6 pessoas não binárias e 2 que não se autodeclararam, sendo que 81 eram pessoas negras (pardas e pretas), 12 eram brancas e 1 não se autodeclarou. Cada região elaborou um plano de incidência com propostas de políticas públicas. Os jovens as apresentaram em audiência pública na Câmara Legislativa do DF. Na ocasião, os deputados distritais se comprometeram a criar um grupo de trabalho para discutir a viabilidade das demandas

e como encaminhá-las junto ao GDF. Além disso, os próprios jovens elaboraram, de forma autogestionada, atividades político-culturais em seus territórios, de maneira a mobilizar a comunidade para a temática dos direitos humanos, principalmente no que diz respeito ao acesso à cultura, ao esporte e ao lazer.



Audiência Pública Grito das Periferias na Câmara Legislativa do DF em 07/11/25. Participação de jovens na abertura cultural e à mesa de diálogos. Foto: Gabriela Pires.

Seminário Grito das Periferias em 15/11/25. Foto: Gabriela Pires.



Os jovens do Grito da Periferias também participaram ativamente da mobilização contra a construção de uma Usina Termoeletrica em Samambaia, que atingiria diretamente sua qualidade de vida. Por fim, realizamos o Seminário Grito das Periferias que recebeu adolescentes e jovens de vários territórios do DF para a construção de uma carta de propostas das juventudes ao GDF e para criação da Rede de Adolescentes e Jovens.

Em 2026, pretendemos dar continuidade à Rede, com o objetivo de elaborar estratégias de incidência política em relação às propostas sugeridas, inclusive junto às candidaturas ao governo do DF nas eleições de 2026, bem como seguir monitorando a realização das ações solicitadas.

2.1.5. Formações e sensibilizações de lideranças populares em Orçamento e Direitos

Mulheres e Orçamento Público

Em maio, realizamos a Oficina sobre Justiça Fiscal para Mulheres, em parceria com a ONG SOS Corpo, para a sensibilização de mais de 20 lideranças de movimentos feministas de base do Estado de Pernambuco. A oficina funcionou como primeira experiência de utilização da publicação: “**Desigualdade no Bolso: Guia Justiça fiscal para mulheres brasileiras**”, elaborada pelo Inesc. A recepção pelas educandas foi excelente. Um resultado da oficina foi a inserção do tema nas atividades do SOS Corpo no Dia das Trabalhadoras Domésticas (14 de maio de 2024).

Ainda em maio, realizamos uma oficina sobre políticas públicas de mulheres e igualdade racial para formular um plano de incidência para as mulheres negras no PPA 2026-2029 de Marabá(PA) como parte do trabalho formativo com mulheres que atuam como lideranças do Sudeste do Pará. Durante a oficina também apresentamos a publicação: “Desigualdade no Bolso: Guia Justiça fiscal para mulheres brasileiras”.



Em julho, foram realizadas oficinas em Manaus (AM) e Boa Vista (RR) com o tema de políticas públicas para cerca de 100 mulheres indígenas, imigrantes venezuelanas e mulheres trans. Um dos resultados das sensibilizações foi a elaboração de campanhas sobre direitos das mulheres a serem implementadas nessas cidades.

Em agosto, realizamos a formação em Orçamentos Sensíveis a Gênero e Raça para 40 mulheres gestoras municipais de políticas para as mulheres do estado do Piauí, por meio de parceria com o Instituto Geni, que coordena a iniciativa “Fortalece Elas: Políticas Públicas e Equidade de Gênero nos Municípios” em parceria com a Secretaria de Estado da Mulher do Piauí.

Em setembro, fomos convidados a participar da formação de Promotoras Legais Populares (PLP) do DF e do Entorno, projeto de extensão da Faculdade de Direito da UnB que existe há vinte anos. Na ocasião, participaram 34 mulheres de Ceilândia e Águas Lindas. O material pedagógico central para o desenvolvimento da oficina foi a publicação: “Desigualdade no Bolso: Guia Justiça fiscal para mulheres brasileiras”, do Inesc, que foi distribuída para as participantes. Também apresentamos o Plebiscito Popular pela taxação de grandes fortunas e isenção do IR para quem recebe até R\$ 5 mil por mês.

Outro momento relevante foi a participação no 13º Congresso Nacional das Trabalhadoras Domésticas do Brasil, a convite da Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas

(Fenatrad), no qual realizamos uma análise de conjuntura, articulando justiça tributária, condições de trabalho e desigualdades estruturais. O debate evidenciou como a regressividade tributária afeta de forma desproporcional as mulheres negras, especialmente quando combinada com informalidade, trabalho não remunerado de cuidado e múltiplas jornadas, o que reafirma a centralidade de uma abordagem interseccional da justiça fiscal.



Foto: Carolina Bruzzone.

Lideranças populares e justiça tributária

As ações de formação e sensibilização realizadas pelo Inesc em 2025 reafirmam nossa estratégia permanente de educação política em justiça fiscal, orientada ao fortalecimento da compreensão crítica sobre o sistema tributário brasileiro, suas distorções regressivas e seu papel na reprodução das desigualdades, a partir de uma perspectiva interseccional.

Nesse sentido, realizamos uma oficina sobre o sistema tributário brasileiro e justiça fiscal com integrantes do Fórum de Participação Social de Roraima. A atividade abordou conceitos fundamentais sobre tributação, a estrutura do sistema tributário nacional, a regressividade dos impostos indiretos e os impactos diferenciados da política fiscal sobre as mulheres, a população negra e pessoas que vivem do trabalho. Também foram contextualizadas as reformas tributárias em curso e foi apresentado o Plebiscito Popular¹ como instrumento de participação social.

Buscando formar multiplicadores, ministramos um módulo no Curso Online de Multiplicadores do Plebiscito Popular, dedicado à reforma tributária, à isenção do imposto de renda e ao combate às desigualdades sociais. O curso combinou exposição teórica e espaço de diálogo, o que serviu para fortalecer a capacidade de incidência de militantes e lideranças de diferentes territórios.

Fomos também convidados a integrar processos formativos promovidos por outras organizações, como o curso da Rede Jubileu Sul, em parceria com a Universidade Estadual do Ceará, no qual abordamos a estrutura fiscal brasileira, a reforma tributária necessária ao país e os limites do Projeto de Lei nº 1087/2025. Nessa atividade, compartilhamos materiais de referência produzidos pelo próprio Inesc, como a publicação: “Desigualdade no Bolso: Guia Justiça fiscal para mulheres brasileiras”.

¹ A reforma tributária da renda e o Plebiscito Popular serão abordados mais adiante.

2.2. Produção de informações sobre orçamento público

2.2.1. Balanço da execução das políticas públicas 2024

Em 2025, apresentamos o nosso sétimo relatório anual com a análise dos dados de execução orçamentária do ano anterior (2024), com os seguintes capítulos: Panorama Econômico, Educação, Meio Ambiente e Clima, Cidades/adaptação, Energia, Igualdade Racial, Mulheres, Quilombolas, Indígenas, Crianças e Adolescentes.



No relatório: “Orçamento e Direitos: Balanço da Execução das Políticas Públicas 2024”, lançamos luz sobre as prioridades do Governo Federal em termos orçamentários, destacando desafios e avanços no remonte das políticas públicas em áreas essenciais para a garantia dos direitos humanos. As análises deixaram nítido que, após o desmonte praticado pela gestão anterior, o governo voltou a realizar esforços para criar novas políticas de inclusão e reestruturar o que foi destruído nos últimos anos. Mas esses avanços ainda não são suficientes, diante dos enormes déficits sociais e ambientais que caracterizam o Brasil.

Também produzimos análises sobre a previsão de recursos para o ano de 2026, revelando a compressão do orçamento social e o crescimento das despesas financeiras.

2.2.2. Agenda 2030

Todos os anos, o Grupo de Trabalho da Sociedade Civil para a Agenda 2030 do Desenvolvimento Sustentável elabora o Relatório Luz, no qual apresenta o balanço dos indicadores da Agenda a partir da percepção da sociedade civil. O Inesc vem contribuindo com a iniciativa desde o início, especialmente nos capítulos de Educação (ODS 4), Gênero (ODS 5), Energia (ODS 7) e Cidades (11).



Em 2026, foi lançada a 9ª edição do Relatório, com os aportes do Inesc para os capítulos mencionados, que se concentram em informações sobre gastos federais nessas áreas.

Note-se que, ainda no tema da Agenda 2030, o Inesc integra a Câmara Técnica do ODS 18 – Igualdade Étnico-Racial, uma iniciativa do governo brasileiro para inserir o tema na agenda internacional dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU.

2.3. Incidência e campanhas na defesa de um sistema tributário justo e inclusivo

2.3.1. Campanha na defesa de um sistema tributário mais justo

A atuação do Inesc no processo de tramitação da reforma da renda se deu a partir de uma estratégia articulada de incidência. Integramos a Coalizão Reforma Tributária 3S – Saudável, Solidária e Sustentável, um espaço de articulação da sociedade civil em defesa de uma reforma tributária comprometida com a justiça social e ambiental. No âmbito dessa coalizão, participamos de diálogos permanentes com o Congresso Nacional, contribuimos para a construção de posicionamentos políticos comuns e incidimos ao longo da tramitação do Projeto de Lei nº 1.087/2025.

Audiência no Congresso Nacional.
Foto: Matheus Alves.



Destaca-se, nesse processo, a ação realizada pela Coalizão Reforma Tributária 3S, com participação do Inesc, em audiência pública da Comissão Especial sobre Alteração da Legislação do Imposto de Renda, quando foi entregue uma petição aos parlamentares. O documento reivindicou um processo legislativo transparente e democrático, com efetiva participação popular; a divulgação de um cronograma transparente e detalhado de tramitação; a preservação e o fortalecimento do princípio da justiça tributária, com foco na tributação de altas rendas e grandes patrimônios; a proteção dos direitos sociais e das despesas essenciais com saúde e educação; e a apresentação prévia de estimativas oficiais de impacto distributivo da proposta, como base para uma deliberação comprometida com a equidade.

Ao longo da tramitação, mantivemos interlocução contínua com assessorias parlamentares, lideranças partidárias e instâncias do Poder Executivo, tanto para compreender o cenário político quanto para disputar o conteúdo do texto. As interlocuções evidenciaram, desde cedo, o risco de alterações capazes de reduzir o potencial redistributivo da proposta, especialmente no que se refere ao imposto mínimo sobre altas rendas.



Audiência com a Ministra Gleisi Hoffmann de Relações Institucionais. Foto: Valdenio Vieira/SEAUD-PR.

Diante desse cenário, apoiamos uma emenda ao projeto, que demandava pela incorporação da autodeclaração racial na declaração do imposto de renda. Também apresentamos, por meio de um gabinete parceiro, uma emenda supressiva com o objetivo de retirar os dispositivos introduzidos pelo relator, o deputado Arthur Lira (PP-AL), que excluía do cálculo do imposto mínimo determinados rendimentos financeiros, como aqueles vinculados ao agronegócio e as remessas de lucros e dividendos ao exterior por fundos de pensão estrangeiros.

As emendas apresentadas ao Projeto de Lei nº 1.087/2025 não foram incorporadas ao texto final aprovado pelo Congresso Nacional. Ainda assim, avaliamos que as mobilizações populares e os processos de incidência política conduzidos ao longo da tramitação foram fundamentais para se evitar uma descaracterização mais profunda da proposta original e para a disputa de seu sentido político.



Lançamento do Manifesto em defesa da reforma renda no Congresso Nacional. Foto: Sílvia Alvarez/Inesc.

A incidência do Inesc também se expressou em atos públicos no Congresso Nacional, como o realizado no Salão Verde da Câmara dos Deputados no âmbito da Coalizão 3S, com o lançamento de um manifesto em defesa da aprovação da reforma da renda em sua integralidade. A atividade contou com a presença de parlamentares comprometidos com a pauta e teve a cobertura jornalística da Mídia Ninja, o que contribuiu para ampliar a visibilidade do debate sobre justiça tributária e para demarcar o posicionamento da sociedade civil em relação à reforma da renda.

Participamos, ainda, da organização de um evento realizado no Salão Negro do Congresso Nacional, junto com a Frente Parlamentar Mista de Combate às Desigualdades, em articulação com outras organizações e movimentos sociais. Na ocasião, contribuimos para o debate sobre a tributação dos super-ricos, de maneira a reforçar a centralidade das interseccionalidades de classe, raça e gênero. Além disso, apresentamos o Plebiscito Popular como um processo de mobilização, participação social e construção política em curso.

Ao longo da tramitação do Projeto de Lei nº 1.087/2025, elaboramos também materiais que ajudaram a explicitar os avanços, os limites e os riscos do processo de reforma da renda. Tais análises foram utilizadas por jornalistas e organizações parceiras e contribuíram para sustentar posições críticas diante das tentativas de esvaziamento do projeto.

Ato no Congresso Nacional.
Foto: Scarlett Rocha.



Foto: Oxfam Brasil.

Integramos também o núcleo estratégico da campanha “PL do Imposto Zero”, colaborando na formulação de estratégias políticas voltadas ao avanço da reforma da renda no parlamento, com a defesa da manutenção do imposto mínimo sobre altas rendas como elemento indispensável de justiça fiscal. A campanha se baseou em uma metodologia utilizada pela organização “Nossas”, para pressão direta, de modo a redirecionar mais de 24 mil *e-mails* aos *e-mails* institucionais de parlamentares envolvidos na discussão da reforma da renda.

Também participamos da campanha do Coletivo Alvorada: “Por que no Brasil super-rico não paga imposto de renda?”, contribuindo para intervenções públicas e ações de incidência em Brasília (DF) que denunciaram os privilégios tributários das pessoas muito abastadas e evidenciaram a regressividade do sistema tributário brasileiro.

Além disso, integramos o núcleo estratégico da campanha “Justiça Tributária Já!”, que, com o mote “Tem um Elefante na Sala”, buscou evidenciar as múltiplas dimensões das injustiças do sistema tributário brasileiro – econômicas, raciais e de gênero. Intervenções públicas e incidências junto a parlamentares contribuíram para tensionar o debate sobre os privilégios fiscais do topo da pirâmide, ampliar a visibilidade da pauta da justiça tributária e fortalecer a articulação entre organizações, movimentos sociais e atores institucionais em torno de uma agenda comum de transformação do sistema tributário.

2.3.2. Plebiscito Popular

O ano de 2025 foi marcado por uma ampla mobilização popular em torno de duas questões importantes para melhorar a qualidade de vida do povo brasileiro. Uma diz respeito ao mundo do trabalho e a outra trata da justiça tributária.



O Inesc integrou a executiva nacional do “**Plebiscito popular por um Brasil mais justo e soberano**”. A iniciativa se estruturou em torno de duas questões-síntese: (1) redução da jornada de trabalho sem diminuição de salário e fim da escala 6x1; e (2) isenção do imposto de renda para quem ganha até R\$ 5 mil por mês e tributação das pessoas que recebem rendas de mais de R\$ 50 mil mensais.

O plebiscito popular é uma metodologia usada há mais de 20 anos, que articula formação, mobilização, organização e incidência. Foram realizados vários processos formativos em todos os estados brasileiros com ampla mobilização e processos de incidência.

O Plebiscito contribuiu para a aprovação do Projeto de Lei nº 1.087/2025 que se transformou na Lei nº 15.270, de 26 de novembro de 2025. A referida norma instituiu a partir de 1º de janeiro de 2026, a isenção do imposto de renda de pessoas com rendimentos mensais de até R\$ 5 mil e a tributação de lucros e dividendos distribuídos a pessoas físicas, com retenção de até 10% na fonte para valores superiores a R\$ 50 mil mensais por beneficiário. Note-se que o plebiscito contribuiu para que o Governo Federal mudasse de posição em relação ao fim da jornada 6x1, passando a defender sua reforma.

2.4. Incidência por recursos orçamentários para a educação

Em 2025, nós nos concentramos em incidir sobre o Plano Nacional de Educação, com uma pauta prioritária, para um PNE antirracista e antissexista, com financiamento adequado. Ao longo do ano, estivemos em audiências públicas organizadas por nós, na Comissão de Educação da Câmara dos Deputados e no Plenário da Câmara Legislativa do DF, e também em audiências convocadas pelo próprio legislativo, para o acompanhamento das discussões e votações em torno do PNE.

Conseguimos algumas vitórias, como a manutenção dos 10% do PIB para a educação na votação na Câmara dos Deputados (o projeto ainda será votado no Senado); a inserção do tema do antirracismo, que estava ausente do texto, além da inserção de um objetivo sobre educação ambiental. Ainda precisamos lutar no Senado Federal para inserir as questões de gênero e sexualidade, além de combate ao racismo ambiental, ausentes do texto.

Contribuímos com a elaboração do caderno de emendas ao PNE, elaborado pela Frente Parlamentar Mista Antirracista, que foi entregue à Comissão Especial que analisa o tema. Apresentamos o processo de formação das meninas Malalas na X Conferência Latino-Americana e do Caribe de Ciências Sociais, ocorrida em Bogotá, na Colômbia.

2.5. Incidência por recursos orçamentários para a infância e a adolescência

Ano passado, atuamos junto ao movimento Agenda 227 na formação das organizações integrantes do movimento em Orçamento Público com foco na inserção da agenda transversal de crianças e adolescentes nos PPAs Municipais. Realizamos um ciclo de três oficinas, que envolveram mais de 40 organizações de diversas regiões do país.

Algumas entidades realizaram incidências em seus territórios, como foi o caso de Diamantina (MG). O Inesc foi convidado para dialogar com os representantes de instituições não governamentais do município sobre a importância das leis orçamentárias para a garantia dos direitos. Após a conversa, foi solicitada uma audiência pública aberta à população para um debate sobre a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). A pauta foi inserida em uma das audiências previstas.

O Inesc também participou do Seminário Regional de Elaboração do Novo Plano Decenal dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes e terá representação no Seminário Nacional, a ser realizado em 2026. Além disso, dialogamos com a Frente Parlamentar dos Direitos da Criança e do Adolescente sobre pontos inadequados no Projeto de Lei

nº 2.628/2022, que diz respeito à Proteção de Crianças e Adolescentes no Ambiente Digital. Naquele momento, a deputada federal Maria do Rosário acatou a nossa sugestão, mas não conseguiu emplacá-la no relatório final. A lei foi aprovada e ficou conhecida como ECA Digital (Lei nº 15.211/2025).

Em 2025, tivemos forte atuação no DF, com a realização de uma audiência pública e um seminário para debates sobre os direitos da infância e adolescência nos territórios periféricos da capital federal. Realizamos um **estudo** com ênfase no orçamento e direcionado para as regiões periféricas em relação com a situação das adolescências e juventudes, cujos achados foram apresentados em Audiência Pública na CLDF.



Apresentação do estudo: “À margem do orçamento: juventudes periféricas e a distribuição desigual de recursos no DF” em Audiência Pública sobre Adolescências e Juventudes Periféricas na CLDF em 07/11/25. Foto: Gabriela Pires.

2.6. Incidência por recursos orçamentários para a área de meio ambiente e clima

Atuamos no Congresso Nacional por meio do **Grupo de Trabalho sobre Orçamento da Frente Parlamentar Mista Ambientalista** (GT Orçamento da FPAMB) na defesa de recursos públicos adicionais para as áreas de meio ambiente e clima. Com a secretaria executiva do Inesc e do Instituto Democracia e Sustentabilidade (IDS), o GT buscou, ao longo do ano, a qualificação do debate, sustentando que escolhas orçamentárias podem garantir direitos ou aprofundar desigualdades no enfrentamento das mudanças climáticas.

No primeiro semestre, o GT organizou o seminário: “**A Centralidade do Orçamento na Construção das Políticas Públicas Socioambientais e Climáticas**”. O evento, que teve como objetivo a sensibilização e o debate amplo sobre o orçamento público, contou com a participação de representantes das Consultorias de Orçamento da Câmara e do Senado, de organizações da sociedade civil e de parlamentares comprometidos com a agenda ambiental

O GT Orçamento apresentou **propostas concretas ao Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) 2026**: (I) a criação de um Identificador de Uso Climático (IU-9), para padronizar e rastrear gastos de mitigação e adaptação nas três peças orçamentárias (PPA, LDO e LOA); e (II) a reserva de, no mínimo, 10% das emendas parlamentares individuais, de bancada e de comissão (RP6, RP7 e RP8) para o enfrentamento da emergência climática, o que significaria cerca de R\$ 5 bilhões anuais dedicados às ações de mitigação e adaptação.



Quando a Comissão Mista de Orçamento divulgou o cronograma do PLOA 2026 (PLN nº 15/2025), o GT lançou uma **nota técnica**, em que destacava os prazos para emendas e orientava sobre as possibilidades de incidência coletiva com objetivo de ampliação de recursos para o meio ambiente e o clima.

Na **Nota Técnica nº 01/2025**, o Inesc subsidiou a análise do GT ao PL nº 5.122/2023, que autoriza o uso de até R\$ 30 bilhões do Fundo Social para a quitação de dívidas do setor rural. A avaliação apontou que é demasiadamente amplo o universo de beneficiários e de operações bancárias abrangidas. Trata-se de uma linha de crédito extensa, barata e regressiva, que prioriza o agronegócio, um setor já amplamente subsidiado, em detrimento da agricultura familiar, fortemente impactada pelas mudanças climáticas. Dessa forma, o GT alertou para o desvirtuamento da finalidade original do Fundo Social, criado para financiar educação, saúde, ciência e tecnologia, para combater a pobreza e para agendas estruturantes para o desenvolvimento e centrais no enfrentamento da crise climática. O GT defende que os recursos do petróleo sejam regidos por critérios de justiça climática e transparência.

No âmbito do GT Orçamento, o Inesc colaborou com o documento de posicionamento da Frente Parlamentar Mista Ambientalista para a COP 30 e com a construção de uma lista de projetos de lei prioritários para aprovação antes da sua realização. Esse trabalho, somado aos esforços coletivos das organizações que compõem a Rede do Observatório do Clima e da FPAMB, viabilizou a aprovação do Acordo de Escazú, no Plenário da Câmara dos Deputados, antes do início da COP 30, em Belém (PA).

Em síntese, o GT Orçamento, sob a liderança do Inesc, buscou dar consequência institucional às urgências que já sentimos na pele e à necessidade de legislações mais robustas, com a ampliação de recursos públicos que enfrentem as mudanças climáticas, tendo como prioridade a redução das desigualdades.

2.7. Incidência por recursos para políticas públicas voltadas para mulheres

2.7.1. GT Orçamento Mulher

O Inesc integra o GT Orçamento Mulher, que é coordenado pela Secretaria da Mulher, da Câmara dos Deputados. Devido à mudança de coordenação da secretaria, o que impactou negativamente o trabalho do GT, o Inesc e outras organizações parceiras encaminharam uma correspondência para a deputada Jack Rocha (PT/ES), que é coordenadora-geral da Bancada Feminina na Câmara dos Deputados para o biênio 2025-2027. Na correspondência, foi solicitada a ela a manutenção dessa importante iniciativa para a disputa do orçamento para as políticas de mulheres no Brasil.

2.7.2. Política Nacional de Cuidados

O Inesc também integra o Fórum Feminista Antirracista por uma Política Nacional de Cuidados, que, em 2025, organizou vários debates. Um deles, liderado pelo Inesc, promoveu a apresentação da pesquisa: “Da Percepção à Ação: A construção da agenda de cuidados nos municípios”, que foi elaborada pelo Instituto Alziras. Participamos, ainda, do evento: “Cuidado em Debate”, organizado pelo Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, sobre a Política Nacional de Cuidados, no qual foram lançadas as iniciativas: Observatório Participativo dos Cuidados, Painel de Indicadores DataCuidados e o prêmio acadêmico “Tecendo os Cuidados”. O Inesc irá acompanhar a execução financeira da política assim que comece a ser executada.

2.7.3. Projeto Mulheres Amazônicas

Com o objetivo de contribuir para a formação de lideranças mulheres de Marabá (PA), promovemos, em maio, uma oficina sobre políticas públicas de mulheres e igualdade racial, para formular um plano de incidência para o PPA 2026-2029 de Marabá. Fornecemos informações sobre a Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM) destinada ao



Reunião na Câmara Municipal de Marabá.

município, para facilitar a construção de propostas pelas lideranças femininas formadas. Devido ao contexto de extrema violência e da extrema direita no poder municipal, optou-se pela estratégia de apresentar as propostas ao Judiciário. Assim, o plano de incidência foi colocado em prática e o Ministério Público Federal (MPF) determinou a criação do Conselho Municipal de Igualdade Racial na cidade de Marabá, assim como a sua posterior adesão ao Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial (Sinapir).

A proposta também foi apresentada perante a Presidência da Câmara Municipal de Marabá, para tratar do PPA 2026-2029 e do orçamento sensível a gênero e raça.

2.8. Incidência na agenda fiscal internacional

2.8.1. Tributação e gênero

Em março, realizamos um evento no âmbito da CSW69/Pequim+30, em parceria com a Tax Justice Network (TJN), a Red de Justicia Fiscal de América Latina y el Caribe (RJFALC) e a Red Latinoamericana y del Caribe por Justicia Económica, Social y Climática (Latindadd), com a participação da ONU Mulheres e da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (Cedaw), para incidir junto aos mecanismos da ONU e aos movimentos sociais de mulheres para que o tema da justiça fiscal com ênfase em equidade de gênero e raça seja uma agenda relevante para esses espaços políticos.

Em outubro, participamos do IV Congresso Internacional de Tributação, Gênero e Raça (Coniteg), apresentando-nos no GT II com o trabalho: “Fortalecendo a Agenda de Justiça Fiscal para Mulheres nos Territórios: O trabalho de formação com lideranças populares” e realizando o lançamento da publicação: “Desigualdade no Bolso: Guia sobre justiça fiscal para mulheres brasileiras”, do Inesc.

Em novembro, lançamos a mesma publicação na atividade Diálogos Globais por Reparação e Bem Viver, que contou com a presença de 100 mulheres participantes da II Marcha de Mulheres Negras de vários países.

2.8.2. Cooperação tributária internacional

Todos os anos, os países perdem bilhões de dólares em decorrência do abuso fiscal. Empresas transnacionais e pessoas muito ricas burlam e contornam as frágeis regras globais existentes para deixar de pagar impostos e drenar vultosos recursos dos cofres públicos dos países. Já os fluxos financeiros ilícitos são um outro fator de esvaziamento das receitas, assim como subsídios ineficientes, que fazem mal à saúde das pessoas e do planeta (incentivos fiscais para fósseis, minérios, agrotóxicos, alimentos ultraprocessados etc.).

Diante dessa situação, os países do Sul Global, com a liderança do grupo africano e o apoio da sociedade civil, levaram esse debate para a ONU, onde se instalou o processo de construção da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Cooperação Tributária Internacional (UNFCITC, na sua sigla em inglês).

O Inesc, como membro da coordenação da Red de Justicia Fiscal de América Latina y el Caribe (RJFALC), que, por sua vez, integra a Global Alliance for Tax Justice (GATJ), tem participado do processo defendendo agendas como a tributação das transnacionais e das pessoas muito ricas, a alocação justa dos direitos tributários e a transparência tributária, entre outros assuntos.



Mesmo com fortes resistências dos países do Norte Global, que não querem mudar as regras, as negociações têm avançado de forma satisfatória até o momento. Espera-se que a UNFCITC seja aprovada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 2027.

Intervenção do Inesc nas negociações da Convenção da Tributação em Nova York.



Integrantes da Aliança Global pela Justiça Fiscal defendem as negociações da Convenção da Tributação em Sevilha.

As mesmas demandas foram apresentadas na 4ª Conferência Internacional de Financiamento para o Desenvolvimento realizada em Sevilha, Espanha, no começo de julho.

Os países da América Latina também sentiram a necessidade de promover maior cooperação tributária e criaram a Plataforma Regional de Cooperação Tributária para a América Latina e o Caribe (PTLAC), que busca trocar informações, experiências e boas práticas em áreas como progressividade, incentivos fiscais e tributação ambiental. A PTLAC é secretariada pela Comissão Econômica para América Latina e Caribe (Cepal) e conta com o **Conselho Consultivo Permanente da Sociedade Civil**, do qual o Inesc participa, representando a Red de Justicia Fiscal de América Latina y el Caribe. Em 2025, o Brasil assumiu a presidência pro tempore da iniciativa, buscando articular os governos da região para adotar uma posição mais consensual nas negociações da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Cooperação Tributária Internacional. O Brasil também incluiu nos debates os temas de gênero e raça.

Trata-se de uma iniciativa inovadora, mas que enfrenta diversos desafios, especialmente a predominância de países na região governados pela extrema-direita e pouco interessados em temas como tributação e muito menos em uma cooperação nesse campo

Levamos o tema da cooperação tributária internacional para o Fórum Popular dos Brics, que, na sua declaração, enfatizou a urgência de tributar os super-ricos.

3. Objetivo específico 2: sujeitos políticos subalternizados têm seus modos de vida e suas práticas reconhecidos e considerados pelas políticas públicas para a efetivação de direitos nos âmbitos local, nacional e internacional

O Inesc atua na defesa dos direitos humanos e também em territórios com o intuito de fortalecer alianças com as organizações e os movimentos sociais, assim como para alimentar nossas lutas, incidências e análises, considerando as reais necessidades e demandas de quem tem seus direitos violados diuturnamente.

Nossa atuação em prol da justiça nos territórios acontece nas áreas de meio ambiente e clima, assim como de energia. Defendemos a urgência de um pacto federativo para fazer face às consequências das mudanças climáticas, bem como uma transição energética inclusiva e participativa. Combatemos o racismo ambiental e a iniquidade de gênero. Ainda em 2025, participamos ativamente da construção da COP 30 e da Cúpula dos Povos, que foram realizadas em Belém do Pará, em novembro. Também integramos iniciativas internacionais de proteção da sociobiodiversidade e de defesa de uma cooperação internacional antirracista, antipatriarcal e decolonial.

3.1. Meio ambiente e mudança do clima

No mesmo ano, atuamos em diversas frentes, com destaque para a defesa de recursos para a adaptação às mudanças climáticas, a criação de mecanismos de prevenção e combate ao racismo ambiental e a incidência para evitar o desmonte do arcabouço legal ambiental pelo Congresso Nacional.

3.1.1. Adaptação e articulação com os entes subnacionais

Em 2025, diante da evidente crise climática em que vivemos, o tema da adaptação ganhou relevância nos debates nacionais e internacionais. É uma crise que exige que tanto os sistemas naturais quanto humanos sejam adaptados a essa nova realidade, caracterizada por alterações nos ecossistemas e pelo aumento dos eventos climáticos extremos, em frequência e intensidade, em diversas partes do planeta.

Ao longo do mesmo ano, o Inesc executou o projeto: “Adaptação Climática no Brasil e o Enfrentamento às Desigualdades”, que foi apoiado pelo World Resources Institute (WRI), como membro da **Plataforma de Responsabilidade Verde**, um consórcio que reuniu organizações da sociedade civil de cinco países – Bangladesh, Brasil, Camarões, México e Senegal – com o objetivo de tornar a governança do financiamento climático mais transparente, participativa e responsável em cada contexto nacional. Além disso, participamos dos diversos encontros virtuais, abordando o tema da adaptação a partir das diferentes realidades dos países envolvidos na iniciativa, bem como de dois workshops presenciais da Plataforma, que aconteceram em junho, na cidade de Bonn, na Alemanha, e em novembro, na cidade de São Paulo.

Encerramento do Workshop da Plataforma de Responsabilidade Verde em Bonn, junho de 2025. Foto: WRI.



Incidimos também no Congresso Nacional para o aumento dos recursos orçamentários destinados à adaptação climática, especialmente por meio do **GT Orçamento**, da Frente Parlamentar Mista Ambientalista, cuja secretaria executiva é compartilhada entre o Inesc e o Instituto Democracia e Sustentabilidade (IDS).

A partir da análise das emendas parlamentares para programas de adaptação climática no Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) de 2026, elaboramos a nota técnica “**Emendas parlamentares na era dos extremos climáticos: na contramão do financiamento climático**”, que evidencia, em números, o descompromisso de uma parcela predominante no

Congresso Nacional em relação a essa agenda, mesmo quando 20% dos gastos discricionários do orçamento federal são controlados pelo parlamento.

Em 2025, também colaboramos com o debate sobre a implementação do **Compromisso pelo Federalismo Climático**, voltado para a construção de uma governança colaborativa e eficaz entre os entes federativos – União, estados, Distrito Federal e municípios – no combate à emergência climática. Considerando-se que as soluções para adaptação climática são eminentemente locais, o papel dos entes subnacionais nessa empreitada se torna mais significativo, especialmente os municípios.



Produzimos um **artigo**, uma nota técnica e uma análise de programas orçamentários com o objetivo de fornecer insumos para a incidência política e para popularizar o debate sobre adaptação e federalismo climático. Também mapeamos as principais iniciativas federais de adaptação climática no Brasil, além de outras empreendidas por entes subnacionais, universidades e institutos de pesquisa, movimentos sociais e organizações da sociedade civil, que foram divulgadas no **Catálogo de Iniciativas de Adaptação Climática no Brasil 2025**, voltado, especialmente, para gestores públicos estaduais e municipais.

O Inesc ainda incidiu na construção do Plano Clima, que vai orientar as políticas climáticas brasileiras até 2035 e que foi finalmente aprovado em 15 de dezembro. Para tanto, participamos de discussões em reuniões regulares do GT Adaptação, da rede Observatório do Clima, e contribuímos nas consultas públicas sobre a Estratégia Nacional de Adaptação e dos Planos Setoriais de Adaptação, que ocorreram ao longo do ano. A efetiva implementação do Plano Clima deve expressar o compromisso com o federalismo climático e demandará esforços de todos os entes federados. O Comitê Interministerial sobre Mudança do Clima (CIM) vai acompanhar a implementação do Plano Clima e o Inesc estará presente como membro titular na Câmara de Participação Social (CPS), instância consultiva do CIM. Seguiremos em 2026 no propósito de contribuir para a construção de uma governança climática colaborativa, interfederativa e verdadeiramente democrática no Brasil.

Note-se que, em 2025, o Inesc foi nomeado, como titular, para compor assento na Câmara de Participação Social do Comitê Interministerial sobre Mudança do Clima (CPS/CIM), contando com a parceria do Instituto Pólis na suplência. De caráter consultivo, a CPS/CIM reúne organizações e entidades para contribuir com o acompanhamento e o monitoramento do Plano Clima. O Comitê Interministerial sobre Mudança do Clima é o principal colegiado de governança climática do Brasil, formado por representantes de 23 ministérios. Ele coordena ações interministeriais e monitora as políticas climáticas, conforme estabelece a Política Nacional sobre Mudança do Clima (PNMC).

Além da Câmara de Participação Social (CPS), também foram instaladas em caráter permanente a Câmara Consultiva de Assessoramento Científico (CAC) e a Câmara de Articulação Interfederativa (CAI). A expectativa é de uma agenda intensa de trabalho em 2026 em relação à implementação do Plano Clima.

3.1.2. O combate ao racismo ambiental

A inédita resolução do Conama

O Inesc participou ativamente da articulação de organizações da sociedade civil para a aprovação da primeira resolução sobre justiça climática e combate ao racismo ambiental do Brasil, a **Resolução CONAMA nº 511/2025**. As incidências se deram em todas as etapas de construção da resolução, desde a redação conjunta do texto normativo, submetido pela Câmara Técnica de Justiça Climática (CTJC) ao Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama), até a participação e assessoria durante as sessões deliberativas nas câmaras técnicas e no plenário. A aprovação dessa resolução é um ganho histórico para o país, ao prever diretrizes para salvaguardar os direitos de grupos vulnerabilizados diante dos impactos desproporcionais das mudanças climáticas.

A Plataforma Dhesca e o racismo ambiental

O Inesc seguiu em 2025 como uma das seis organizações (Ação Educativa, Ibase, Nzinga – Coletivo de Mulheres Negras, GAJOP e Rede Feminista de Saúde) da coordenação executiva da Plataforma Dhesca Brasil. Durante o ano, foram diversas as ações e manifestações da Plataforma contra retrocessos e violações de direitos e à democracia, tais como: a continuidade das incidências com o Relatório da **Missão sobre a letalidade policial** no Rio de Janeiro (RJ) e em Salvador (BA), que foi atualizado com informações sobre: (I) a chacina que matou mais de 120 pessoas nos Complexos da Penha e do Alemão em outubro; (II) a manutenção da representação da plataforma na mesa diretora do Conselho Nacional de Direitos Humanos; (III) a participação na 99ª Sessão da ONU, em Genebra, sobre os direitos da criança, com denúncias sobre violações no Brasil; (IV) a denúncia, junto à Corte Interamericana de Direitos Humanos, do massacre ocorrido em 2019 no Centro de Recuperação Regional de Altamira (CRRALT), que resultou na morte de mais de 60 pessoas – sendo que 53 delas eram homens negros; (V) manifestações e incidências contra a redução da maioria penal e o tempo de internação para adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas; e (VI) a atuação intensa contra o PDL nº 3/2025, que tem a finalidade de anular a Resolução nº 258/2024 do Conanda, que prevê um protocolo seguro para crianças e adolescentes vítimas de violência sexual.

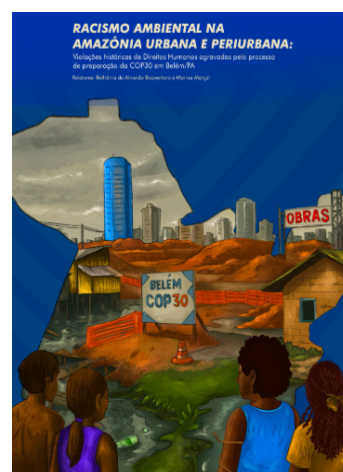
Contando com a participação de mais de 50 organizações filiadas, a Plataforma Dhesca deliberou, em sua plenária anual, pela realização de uma missão, no Pará, que teve o objetivo de elaborar recomendações aos poderes públicos, a partir da escuta e da apuração de denúncias de violações de direitos advindas das obras de infraestrutura para a realização da COP 30.

A missão foi liderada pelas relatoras nacionais de direitos humanos Bethânia Boaventura e Marina Marçal e foi coordenada pelo Inesc e pelo Ibase. Nos encontros, foram ouvidas lideranças do Quilombo Abacatal, comunidade do município de Ananindeua (PA) que foi impactada pelas obras da Avenida Liberdade. O grupo ouviu também lideranças da Vila da Barca, da cidade de Belém (PA), cujo território foi impactado pela construção de uma estação de tratamento para o esgotamento sanitário de um bairro nobre do entorno. Em seguida, foram ouvidas ainda lideranças do Movimento Resistência dos Igarapés (MRI), que é formado por representantes de três comunidades periféricas impactadas por obras para a COP 30, como o Parque da Cidade. O grupo ainda ouviu a promessa não cumprida da adequada drenagem do canal São Joaquim.

A realização da missão contou com o apoio e a articulação com organizações parceiras (Centro Brasileiro de Justiça Climática, Anistia Internacional, Cedenpa, Comissão de Direitos Humanos da OAB/PA, Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Pará – CAU/PA, Palmares Lab, Cop das Baixadas, Rede Fulanas, dentre outras) e com parlamentares do Legislativo do município de Belém e do Estado do Pará que são referências na luta contra as violações contra as violações contra os territórios.

O relatório “**Racismo Ambiental na Amazônia Urbana e Periurbana: Violações históricas de Direitos Humanos agravadas pelo processo de preparação da COP 30 em Belém (PA)**” foi lançado, com suas recomendações, durante a COP 30, nos dias 19 e 20 de novembro, na Casa das ONGs e na Casa COP do Povo. Ele foi apresentado durante a Cúpula dos Povos na Plenária do Eixo 2 (Reparação histórica, combate ao racismo ambiental, às falsas soluções e ao poder corporativo) e no Tribunal Popular por uma Transição Justa, do Eixo 3 (Transição justa, popular e inclusiva).

O relatório foi protocolado na Assembleia Legislativa de Belém e está sendo articulado para 2026 junto às lideranças, às organizações parceiras e aos parlamentares, para audiência pública territorial e nacional.



3.1.3. A resistência ao desmonte da legislação ambiental

O Inesc, juntamente com o Observatório do Clima e outras organizações parceiras, atuou em diferentes Grupos de Trabalho da Frente Parlamentar Ambientalista, como o GT Orçamento, o GT Racismo Ambiental e o GT Clima. A prioridade foi a oposição à aprovação da Lei nº 15.190/2025, que instituiu o Marco Geral do Licenciamento Ambiental, com os **destaques dos riscos da fragilização do licenciamento no Brasil** e a reivindicação da inclusão de salvaguardas socioambientais no âmbito dos processos.

Infelizmente, a lei foi aprovada e os vetos presidenciais foram derrubados pelo Congresso Nacional. Seguiremos acompanhando as próximas etapas dessa discussão.

Para além da Lei de Licenciamento Ambiental, nossa atuação legislativa em relação ao clima foi orientada a partir do entendimento de que não há política climática efetiva sem governança e financiamento público. Para tal, participamos de seminários e audiências públicas no Congresso Nacional, buscando posicionar a agenda climática no debate institucional, com ênfase em justiça socioambiental, transição energética e financiamento.

Elaboramos emendas ao texto da MP nº 1.291/2025, que buscava regulamentar o Fundo Social do Pré-Sal. O Inesc propôs a vinculação de uma parte dos recursos do Fundo Social para a mitigação, a adaptação climática e o fortalecimento do Fundo Clima (modalidade não reembolsável). Dos sete parlamentares que receberam nossas propostas de emendas, seis as protocolaram no sistema, mas, ao final, o relator rejeitou nossas proposições.

No Senado Federal, destacamos a incidência no PL nº 13/2024, com a sugestão de aprimoramento da governança e da transparência na gestão dos recursos de royalties e de participações, buscando criar amarras institucionais para a **rastreabilidade e o controle social da renda do petróleo**. A estratégia foi inserir mecanismos concretos de discriminação e detalhamento orçamentário e de transparência ativa, conectando justiça socioambiental, integridade e financiamento público. Na Comissão de Meio Ambiente, o relator do PL acolheu o conteúdo proposto, mas o projeto ainda será apreciado no âmbito do respectivo órgão colegiado.

Uma boa parte dos titulares de mandatos eletivos com os quais dialogamos tem acolhido de maneira integral as proposições do Inesc. A instituição tem sido procurada, de forma recorrente, para reuniões institucionais nos gabinetes, com o objetivo explícito de qualificar tecnicamente a atuação dos/as parlamentares em temas de financiamento climático, Fundo Social do Pré-Sal e orçamento para mitigação e adaptação. Em vez de apenas protocolarem o texto sugerido, tais mandatários passaram a demandar subsídios, explicações e materiais produzidos pelo Inesc, incorporando nossas análises em suas estratégias políticas.

Entretanto, o principal desafio tem sido a correlação de forças no Congresso Nacional: a maioria dos parlamentares, de ambas as casas legislativas, tem atuado de forma sistemática para esvaziar a agenda ambiental e climática, o que reduz os espaços formais de debate, dificulta a aprovação de proposições alinhadas à justiça climática e torna o ambiente político mais hostil para as agendas prioritárias do Inesc.

Todavia, a capacidade técnica acumulada pelo Inesc em orçamento público, financiamento climático e análise legislativa, assim como a nossa inserção em redes estratégicas, como a secretaria executiva do GT Orçamento da Frente Parlamentar Mista Ambientalista, tem nos permitido responder às janelas de oportunidade, oferecendo emendas, notas técnicas e subsídios, que fortalecem a atuação de parlamentares aliados.

3.2. Transição energética justa e popular

3.2.1. Incidência pelo progressivo abandono dos combustíveis fósseis

No dia 23 de outubro em Brasília (DF), o Inesc realizou o evento “Subsídios ineficientes aos combustíveis fósseis: desafios e oportunidades rumo à COP 30”, com o objetivo de contribuir para o diálogo e as convergências entre atores nacionais e internacionais acerca da viabilidade e da oportunidade de avanços concretos na agenda de reforma dos subsídios ineficientes aos combustíveis fósseis na COP 30.

O evento contou com a presença de representantes do Governo Federal, da sociedade civil e da academia, tendo sido organizado em duas mesas. A primeira, intitulada “Iniciativas internacionais na direção da reforma dos subsídios ineficientes”, teve o propósito de apresentar o conhecimento



e as análises sobre o tema a partir da perspectiva global. A mesa reuniu convidados de importantes instituições que acumulam conhecimentos referentes à agenda, como Nhat Do, representante do International Institute for Sustainable Development (IISD)/Coalition on Phasing Out Fossil Fuel Incentives Including Subsidies; Jan Rielander, representando a Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE); e Paula Osório, da organização Transforma Global (Colômbia). A mediação foi feita por Nicolas Lippolis, do Columbia Climate School/Center on Global Energy Policy.

A segunda mesa, que contou com a temática: “Potenciais e desafios da reforma dos subsídios ineficientes aos fósseis: reflexões a partir do caso brasileiro”, teve o objetivo de trazer a perspectiva doméstica, cujo tema encontra progressiva aderência. Na reforma tributária está prevista a avaliação quinquenal de regimes diferenciados de tributação, que alcançam diversos setores econômicos; dentre eles, o setor de óleo & gás. Todos deverão progressivamente realizar avaliações acerca da eficiência, eficácia e efetividade enquanto políticas sociais, ambientais e de desenvolvimento econômico. No Tribunal de Contas da União (TCU), o tema tem sido objeto de recorrentes reflexões, seja vinculando-o à agenda de transição energética, seja considerando-o como parte dos compromissos do país como signatário da Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB).

A mesa, mediada por Marta Salomon, do Instituto Talanoa, contou com a participação de Alice Amorim, diretora de programa da Presidência da COP 30; Alessandra Cardoso,

do Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc); Alexandre Figueiredo, da Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura, Petróleo e Gás Natural/Tribunal de Contas da União; Gustavo Henrique Ferreira, subsecretário de Acompanhamento Econômico e Regulação da Secretaria de Reformas Econômicas do Ministério da Fazenda; e Simone Carolina Bauch, do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima.

Dentre os resultados do evento, no qual também foi lançada a oitava edição do monitoramento “**Subsídios às Fontes Fósseis e Renováveis**”, estão a consolidação do Inesc como ator relevante na agenda e a progressiva abertura do Governo Federal para que o tema possa avançar.

Com o lançamento da **oitava edição do monitoramento**, revelamos que, pela primeira vez em oito anos de acompanhamento, os subsídios aos combustíveis fósseis caíram mais da metade (em 2024) em relação ao ano anterior. O dado comprova que tais subsídios (em sua maioria, na forma de desonerações) não estão “escritos em pedra” e que é possível rever incentivos de forma planejada e equilibrada, com impactos positivos para as contas públicas e para a transição energética justa.



O estudo reforça a importância de avançar na reforma dos chamados subsídios ineficientes: aqueles que estimulam o consumo excessivo, distorcem os mercados, dificultam os investimentos em fontes renováveis e enfraquecem os esforços contra a crise climática. A definição, no entanto, precisa ser aplicada de acordo com o contexto social, econômico e ambiental de cada país.

Por isso, é urgente que os governos assumam suas responsabilidades domésticas, mas também que impulsionem essa agenda em espaços multilaterais. Passos relevantes foram dados ao longo da COP 30, especialmente com a tentativa de criação de um “mapa do caminho para longe dos combustíveis fósseis”, que, embora não tenha se materializado de forma concreta, contribuiu para recolocar o debate no centro das negociações internacionais.

3.2.2. Energia e salvaguardas

Atuação na Taxonomia Sustentável Brasileira

Como membro consultivo do Comitê Interinstitucional da Taxonomia Sustentável Brasileira (CITSB), criado pelo Decreto nº 11.961/2024, o Inesc participou das oficinas de elaboração da taxonomia, como um dos representantes da sociedade civil.

A Taxonomia Sustentável Brasileira (TSB), **publicada oficialmente** em novembro de 2025, estabelece critérios para a classificação de atividades sustentáveis, de modo a orientar investimentos e o direcionamento dos fluxos de capital para a descarbonização da economia.

O Inesc defendeu a inclusão de salvaguardas socioambientais para setores estratégicos, como energia e infraestrutura. Por outro lado, com a publicação da Nota Técnica: “**Não existe mineração sustentável: o erro de incluir a mineração na taxonomia sustentável brasileira**”, em parceria com o grupo de pesquisa e extensão Política, Economia, Mineração, Ambiente e Sociedade (PoEMAS), da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), e o Comitê Nacional em Defesa dos Territórios Frente à Mineração, apontou-se o equívoco de incluir atividades minerárias como elegíveis à classificação de sustentabilidade.

Em interlocução ativa com o Ministério da Fazenda, o Inesc defendeu a inclusão de critérios objetivos na TSB para considerar a Consulta Prévia, Livre e Informada (CPLI), que é estabelecida no tratado internacional da Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT). Neste sentido, o Inesc apresentou um documento técnico com propostas e diretrizes para a sua implementação.

Apesar de contemplar parcialmente as salvaguardas socioambientais propostas para atividades de energias renováveis, o documento final da TSB não incorporou adequadamente a CPLI enquanto critério vinculante e determinante para a classificação de sustentabilidade.

Acompanhamento dos impactos de empreendimentos de energia eólica em Serra do Mel (RN)

O Inesc tem atuado no acompanhamento da litigância estratégica promovida por organizações sindicais e representantes da agricultura familiar contra empreendimentos de energia eólica no Estado do Rio Grande do Norte. No ano de 2025, a Central Única dos Trabalhadores (CUT), a Federação dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares do Estado do Rio Grande do Norte (FETARN) e o Serviço de Assistência Rural (SAR) promoveram conjuntamente uma Ação Civil Pública contra a empresa Voltalia, detentora de um complexo de parques eólicos localizado no município de Serra do Mel (RN).



Em julho, a Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte (ALERN) realizou uma audiência pública para discutir o tema e, especificamente, a situação do referido município. O Inesc foi convidado a contribuir com o debate, de modo a discutir a necessidade de salvaguardas socioambientais no território, sobretudo quanto à questão contratual da empresa com pequenos agricultores, bem como em relação à

injustiça energética provocada pela concessão de subsídios à Voltaia para a realização do empreendimento. A ocasião contou também com representantes de movimentos sociais, organizações da sociedade civil e autoridades federais e estaduais.

Subsequentemente, a Secretaria-Geral da Presidência da República conduziu uma Mesa de Diálogos no território de Serra do Mel, em cuja ocasião o Inesc foi convidado a participar como observador, juntamente com parceiros de movimentos e outras organizações.

Como resultado, pôde-se atestar, juntamente com as autoridades presentes, a ocorrência dos impactos dos empreendimentos eólicos no território, que foram denunciados pelas comunidades. Ao final da atividade, o Inesc participou de uma audiência com parlamentares do Congresso Nacional e da ALERN, a fim de discutir estratégias de atuação para incidir politicamente na matéria.



Fotos: Cássio Carvalho/Inesc.

Atuação na rede Nordeste Potência

O Inesc é membro da coordenação do coletivo Nordeste Potência, juntamente com o ClimaInfo, o Grupo Ambiental da Bahia (Gambá) e o Instituto de Energia e Meio Ambiente (Iema). Em continuidade ao trabalho de construção de propostas de salvaguardas socioambientais para as energias renováveis, deu-se o lançamento da publicação “**Salvaguardas Socioambientais para Energia Solar Fotovoltaica Centralizada**”, que foi elaborada em parceria com a organização Revolusolar e com pesquisadores.

O documento é focado nos impactos causados por empreendimentos de energia solar fotovoltaica centralizada. O Inesc deu contribuições com a análise de



diretrizes para as relações contratuais e, também, de aspectos do licenciamento ambiental dos projetos. A atividade é fruto do amadurecimento da discussão com movimentos sociais e organizações de base que integram o coletivo, tendo como demanda principal uma transição energética justa, popular e inclusiva.

Após o lançamento, realizou-se uma agenda de incidência em Brasília (DF) com autoridades do Poder Executivo Federal, o Legislativo e representantes do Sistema de Justiça. O documento também foi apresentado durante a COP 30, em Belém (PA).

Paralelamente à construção da segunda edição do documento de salvaguardas socioambientais para energias renováveis, o Inesc liderou a coordenação de um GT jurídico para discussão de relações contratuais justas entre empresas e comunidades. Com isso, foi elaborada uma minuta de contrato mínimo, contendo princípios e cláusulas inegociáveis para a proteção de direitos humanos de comunidades vulnerabilizadas, bem como do uso da terra para atividades tradicionais. O lançamento está previsto para 2026.

A referida atividade subsidiou uma atuação conjunta com o Ministério Público Federal, o qual enviou recomendação ao Inca e à Aneel para que possam considerar os princípios de justiça quando da autorização de projetos para a geração de energia e o uso da terra.

Oficina de salvaguardas socioambientais em Delmiro Gouveia (AL)

Em outubro de 2025, o Inesc apoiou a realização do evento “Transição Energética e os Impactos sobre a Natureza e os Territórios de Vida Comunitários no Sertão de Alagoas”, que ocorreu no município de Delmiro Gouveia (AL), em parceria com a CUT-Alagoas, a Associação de Mulheres Rurais do Semiárido Alagoano (AMRSA), o Coletivo de Assessoria Cirandas, a Universidade Federal de Alagoas (UFAL)/Campus do Sertão, o Colegiado Territorial do Alto Sertão de Alagoas, a ASA Alagoas, a Cáritas e o Nordeste Potência.



Foto: Coletivo de Assessoria Cirandas.

Foto: CUT-Alagoas.



O Inesc ministrou oficinas sobre salvaguardas socioambientais em colaboração com a Central Única dos Trabalhadores (CUT), para a discussão dos contratos de uso da terra para produção de energia entre comunidades e empresas. No mês de novembro, o Inesc apoiou a realização do Seminário “Direitos Humanos e Empresas: Salvaguardas Trabalhistas no Setor de Mineração”, promovido pela CUT. O evento foi dedicado à discussão de salvaguardas trabalhistas, com foco em mineração, junto do movimento sindical.

3.2.3. Energia, gênero e raça

De forma inédita, o Inesc publicou um **estudo que avalia o impacto das tarifas de energia elétrica**, em especial das bandeiras tarifárias, sobre o orçamento das famílias brasileiras. O estudo teve o objetivo de estimar o custo das bandeiras tarifárias assumido pelos diferentes segmentos da população, desagregados por gênero, raça/etnia e classe, de modo a mostrar como os impactos são maiores para as mulheres, as pessoas negras e as empobrecidas. Ainda assim, contribuiu para evidenciar a profundidade da injustiça energética no Brasil – mesmo diante de políticas recentes que buscam mitigar esse cenário – e, sobretudo, para fomentar a reflexão crítica sobre a forma como o modelo tarifário brasileiro vem sendo estruturado ao longo dos anos.



3.2.4. Fórum Nacional de Transição Energética (Fonte)

Em um passo importante e inédito no âmbito do setor energético brasileiro no que se refere à participação social, o governo federal instituiu o Fórum Nacional de Transição Energética (Fonte), que funcionará como uma instância permanente no âmbito da Política Nacional de Transição Energética (PNTE). O Fórum contará com representações da sociedade civil, dos sindicatos, do setor produtivo e do governo, tendo o objetivo de orientar o Conselho Nacional de Política Energética (CNPE).

Primeira reunião do Fonte. Foto: Tauan Alencar/Ministério de Minas e Energia.



No processo de escolha das representações da sociedade civil que irão compor o Fórum, o Inesc foi eleito para ocupar, por um mandato de dois anos, a cadeira relativa à área de energia elétrica e suas fontes. Essa escolha reflete a trajetória recente de atuação do Inesc no debate sobre transição energética com justiça socioambiental.

Trata-se de um espaço estratégico e de grande relevância para pautar temas como a reforma dos subsídios aos combustíveis fósseis, a destinação da renda do petróleo e os impactos socioambientais dos empreendimentos de energia renovável sobre as comunidades, entre outras agendas nas quais o Inesc possui acúmulo de atuação.

3.3. Os direitos das mulheres

3.3.1. Marcha das Mulheres Negras

O Inesc tem na sua missão institucional o compromisso de avançar cada vez mais em sua atuação antirracista e de combate ao patriarcado. Desde a estruturação do objetivo de realização da “Marcha Nacional de Mulheres Negras: por reparação e bem viver”, em 2023, o Inesc se colocou como uma organização aliada nessa construção. A sede do Inesc foi cedida, sempre que solicitada, para a realização das reuniões e atividades do Comitê Nacional Impulsor.

O Inesc participou politicamente com a realização da Marcha nos debates sobre racismo ambiental e justiça fiscal, incluindo a apresentação e distribuição da publicação: “Desigualdade no Bolso: Guia sobre Justiça Fiscal para Mulheres Brasileiras” durante os “Diálogos Globais por Reparação e Bem Viver”, que ocorreram de 22 a 24 de novembro. Também apoiamos a realização da Marcha a partir da gestão de recursos que viabilizam



ações de apoio logístico e realização da Feira das Ganhadeiras, espaço destinado às empreendedoras negras de todo o Brasil no dia 25 de novembro, além do custeio de passagens.

De 20 a 26 de novembro foram realizadas mais de 50 atividades da Marcha, em diferentes espaços do Distrito Federal. No dia 25 ocorreu a Marcha, que contou com participação da equipe do Inesc, que se somou às mais de 300 mil pessoas na Esplanada dos Ministérios, em Brasília (DF), por reparação e bem viver.

3.3.2. Mulheres imigrantes e direitos humanos

O Inesc desenvolveu, em parceria com o Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA) e o Núcleo de Mulheres de Roraima (Numur), projeto de fortalecimento de organizações de mulheres nas cidades de Manaus (AM) e Boa Vista (RR) e de formação de lideranças, principalmente de mulheres imigrantes.

O processo formativo contou com 11 organizações de mulheres, com 33 mulheres formadas, e teve como foco principal o fortalecimento político e institucional das organizações, especialmente no que diz respeito à gestão e à captação de recursos.

Em relação à formação das lideranças, 93 participaram do processo, sendo, na sua grande maioria, mulheres venezuelanas. O foco da formação foi em direitos das mulheres, políticas públicas e Lei Maria da Penha.

3.3.3. Mulheres e mudança do clima

Em março, realizamos, em parceria com o Instituto Geledés, o Instituto Alziras e a ONU Mulheres, duas sessões informativas com 55 movimentos de mulheres sobre o *Gender Action Plan* (Plano de Ação de Gênero) e o Workshop de Bonn, para o fortalecimento da participação de grupos, organizações e redes feministas, antirracistas e de mulheres na COP 30. Como desdobramento, tivemos uma carta dos movimentos de mulheres para a Constituinte de Gênero da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima (UNFCCC) e um artigo, publicado em 6 de novembro, na seção de opinião do jornal Folha de S.Paulo intitulado: “**Desafios de gênero na COP 30**”.

Em maio, participamos da Plenária de Mulheres da COP do Povo em Marabá (PA), uma reunião com movimentos de mulheres para formação sobre a COP 30 e o levantamento das pautas específicas desse segmento no âmbito dessa agenda. A formação foi ministrada pelo Instituto Zé Cláudio e Maria. Nossa participação foi com uma fala sobre o Plano de Ação de Gênero (Gender Action Plan).

Em outubro, participamos da Pré-COP 30, de uma sessão informativa presencial em Brasília (DF) realizada pela Constituinte de Mulheres e Gênero (WGC, na sigla em inglês) da UNFCCC, cujo mandato principal é apoiar a participação de defensoras feministas e de gênero nos espaços da UNFCCC. Foi uma formação especialmente voltada para feministas da América Latina e do Caribe pertencentes à rede da Constituinte de Mulheres e Gênero na América Latina, muitas das quais participaram da COP pela primeira ou segunda vez.

Ainda em outubro, participamos do 2º Encontro da Articulação Nacional Mulheres e Clima e do lançamento do Plano de Ações Integradas Mulheres e Clima, a convite do Ministério das Mulheres. A Articulação Nacional Mulheres e Clima constitui-se como um espaço de fortalecimento das iniciativas que integram a perspectiva de gênero na agenda climática, com o objetivo de potencializar ações conjuntas entre instituições e lideranças engajadas no âmbito da COP 30 e com diálogo interfederativo. Já o Plano de Ações Integradas Mulheres e Clima reafirma o compromisso do Governo Federal em promover justiça climática com justiça de gênero. Coordenado pelo Ministério das Mulheres, em articulação com diferentes pastas, movimentos sociais e organismos internacionais, o plano reúne 10 ações estratégicas voltadas à incidência qualificada na agenda da COP 30, com enfoque transversal na promoção da igualdade de gênero, na justiça climática e na valorização dos saberes e das experiências das mulheres em toda sua diversidade.

3.4. O Inesc na COP 30 e na Cúpula dos Povos

Ao longo de 2025, participamos de uma série de atividades voltadas para a COP 30. Criamos um **espaço próprio no site** para divulgar diversos estudos e documentos elaborados pela equipe sobre o tema. Estivemos presentes em Belém (PA) com uma delegação de nove pessoas tendo uma agenda centrada na justiça climática. As principais pautas foram: financiamento climático, adaptação climática e gênero, racismo ambiental, transição justa e democracia. Participamos tanto das negociações oficiais quanto da Cúpula dos Povos, que ajudamos a organizar fazendo parte de diversos grupos de trabalho.

3.4.1. As negociações: a ênfase no financiamento

O envolvimento do Inesc nas negociações da COP 30 começou com a Pré-COP, em Bonn, em junho, e continuou em Belém, de 10 a 21 de novembro. Belém representou um marco na história das Conferências de Clima, pois, pela primeira vez, teve a Amazônia como palco. Conhecido como a “COP da Implementação”, o encontro frustrou expectativas, pois temas centrais (como a eliminação dos combustíveis fósseis e o enfrentamento do desmatamento) ficaram de fora dos resultados, enquanto o financiamento climático – elemento crucial para reparação histórica e o apoio aos países em desenvolvimento – avançou pouco.

O Inesc continua defendendo que o financiamento climático deve ser público, justo, acessível e livre de dívida, porque só assim será possível uma transição verdadeiramente equitativa.

A dificuldade de avançar em temas considerados meios de implementação – como regras, instrumentos e prazos para os acordos – mais uma vez foi marcada pela disputa entre os países ricos e os países em desenvolvimento, o que gerou impasses e dificultou o trabalho da diplomacia brasileira.



Parte da equipe do Inesc em Belém/PA, na COP 30. Foto: Carolina da Mata/Inesc.

Para o Inesc os países desenvolvidos, principais responsáveis pelas emissões históricas de gases de efeito estufa, devem cumprir suas obrigações no Acordo de Paris e financiar as ações climáticas nos países em desenvolvimento – com recursos públicos, não reembolsáveis e acessíveis. Além disso, para o Instituto, é urgente transferir investimentos de atividades poluentes, como os incentivos aos combustíveis fósseis, para modelos produtivos sustentáveis e inclusivos que respeitem os direitos de povos indígenas e comunidades tradicionais.

Outro ponto de atenção foi o Fundo de Florestas Tropicais para Sempre (TFFF, na sua sigla em inglês), que foi apresentado pelo governo brasileiro durante a Cúpula de Líderes da COP 30. Embora celebrado por alguns governos e setores privados, o TFFF não foi negociado entre as partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima (UNFCCC), o que levanta dúvidas sobre a sua legitimidade. Em **análise elaborada pelo Inesc**, destaca-se que o TFFF pode reforçar a financeirização da natureza, com baixa participação social e recursos insuficientes para povos indígenas e comunidades tradicionais.

Um tema importante para o Inesc foi o aumento do financiamento para a adaptação, pois eram esperados avanços na Meta Global de Adaptação (GGA, na sigla em inglês) – com seus indicadores – e nos Planos Nacionais de Adaptação (NAP, na sigla em inglês). Contudo, o que se viu foi a falta de compromissos financeiros vinculantes por parte dos países do Norte Global. Note-se um avanço relevante, que foi a aprovação dos Indicadores de Adaptação de Belém, conjunto de métricas globais para medir vulnerabilidades e progresso em resiliência climática. Entre eles está o monitoramento do financiamento para adaptação fornecido por países desenvolvidos.

O Plano de Ação de Gênero 2026-2034 foi aprovado com vitórias importantes após forte incidência de movimentos feministas, negros e latino-americanos. O documento reconhece defensoras ambientais, o trabalho de cuidados, a violência de gênero e, pela primeira vez, mulheres e meninas afrodescendentes como centrais na ação climática. Apesar dos avanços, o plano não estabelece metas de participação nem prevê recursos específicos para a implementação. Além disso, o embate sobre o próprio conceito de “gênero” ainda divide países.

A criação do Mecanismo de Ação de Belém (BAM, na sua sigla em inglês) foi celebrada por ampliar a participação de povos indígenas, mulheres, comunidades locais e grupos vulnerabilizados como atores da transição justa. O texto reconhece a centralidade dos direitos humanos, dos trabalhadores e dos povos indígenas, além da necessidade de ampliar o acesso à energia limpa, especialmente na cocção. No entanto, expectativas mais ambiciosas foram frustradas: desapareceram do texto final referências a um mapa de saída dos combustíveis fósseis e à eliminação de subsídios ineficientes ao setor.

Pela primeira vez na história das COP, o tema do racismo ambiental ganhou destaque oficial. A presidência brasileira publicou uma declaração, conclamando todas as nações a enfrentar as desigualdades que impactam de forma desproporcional pessoas negras, povos indígenas e comunidades tradicionais. O termo “afrodescendente” apareceu em documentos oficiais relativos à Transição Justa, ao Plano de Ação de Gênero (GAP, na sigla em inglês) e aos Objetivos Globais de Adaptação – um marco sem precedentes. O tema também foi transversal em diversos eixos da Cúpula dos Povos.

Para o Inesc, a COP 30 deixou um balanço marcado por contrastes. Houve avanços históricos em temas como justiça de raça e gênero, participação social e transição justa. Mas o resultado final ficou longe da urgência necessária para enfrentar a crise climática, sobretudo na eliminação dos fósseis, no combate ao desmatamento e no financiamento climático.

3.4.2. A Cúpula dos Povos

Atuamos também de forma ampla na Cúpula dos Povos, desde a participação nos grupos de trabalho que construíram a Cúpula e na animação dos Eixos de Convergência, até a proposição, articulação e organização de atividades enlaçadas durante o evento. Contribuímos com o eixo de Reparação Histórica e Combate às Falsas Soluções de forma ativa, atuando na animação, construindo a agenda de atividades preparatórias e organizando os momentos presenciais, como a plenária e as atividades enlaçadas. Mantivemos o foco nas discussões sobre financiamento, gênero e adaptação climática, atuando com parceiros como CUT, Frente Brasileira contra os Acordos Mercosul-UE e Mercosul-EFTA, Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (Fase), Rede Brasileira pela Integração dos Povos (Rebrip), Fundação Rosa Luxemburgo, entre outros.



Atividade na Cúpula dos Povos.
Foto: Gabriela Alves/Inesc.

Acompanhamos ainda, a construção do espaço Cop do Povo, liderado por movimentos sociais e coletivos, que é um processo de base, construído no Pará, e que objetiva se expandir progressivamente após a COP 30. Essa articulação trabalhou com a ideia de antes, durante e depois da COP 30, a partir de uma leitura de que as negociações irão impor uma “zona de sacrifício da descarbonização mundial”, que vai aumentar as violações sobre os territórios. Ao mesmo tempo, a financeirização dos movimentos sociais por meio dos financiamentos climáticos é temerosa também para as demandas locais. Nesse sentido, a COP do Povo pretende se tornar um Fórum de Observação das decisões das COP.

O combate ao racismo ambiental

Em Belém, divulgamos um **vídeo sobre o racismo ambiental** sofrido por territórios vulnerabilizados, produzido no âmbito do projeto Mapa das Desigualdades, animado pelo Inesc e realizado no Distrito Federal.

O vídeo foi exibido durante o lançamento da Plataforma Futuros Positivos, uma iniciativa global que conecta saberes ancestrais, experiências periféricas e produção acadêmica para inspirar novas formas de viver e agir diante das crises do nosso tempo.

Por uma transição energética interseccional, justa, popular e inclusiva

Com a necessidade de incluir questões relacionadas a gênero, raça/etnia e renda nas discussões sobre energia e transição, o Inesc, juntamente com organizações parceiras, proporcionou, no âmbito da Cúpula dos Povos, um espaço dedicado a evidenciar a profundidade das injustiças energéticas e a persistente ausência de uma abordagem interseccional nesse debate.

Organizamos, ainda, uma roda de conversa para abordar gênero e adaptação climática nos territórios e participamos de um painel organizado pela Fase no qual discutimos o papel das organizações da sociedade civil no financiamento climático e na implementação local dos indicadores da meta global de adaptação (GGA, na sigla em inglês).

As energias renováveis e seus impactos nos territórios

Mediante convite da Central Única dos Trabalhadores (CUT), o Inesc participou, juntamente com outras entidades e organizações, de um debate a respeito dos impactos socioambientais das fontes renováveis sobre as comunidades e a vida dos trabalhadores. O espaço foi relevante, sobretudo por enfatizar a necessidade de que a transição energética seja orientada pela garantia de direitos, pela erradicação das desigualdades e injustiças socioambientais e pela centralidade da unidade popular na condução desse debate, ao passo que o Estado deve atuar como o indutor da transição energética no País.

O tema das salvaguardas socioambientais para energias renováveis e mineração recebeu destaque em diversas atividades, com painéis realizados em espaços alternativos (Casa da Mata Atlântica, Amazon Climate Hub e Casa Libra), além de atividades promovidas na Green Zone juntamente com parceiros da Coalizão Energia Limpa e Nordeste Potência.

Atividade com a CUT na Cúpula dos Povos. Foto: Gabriela Alves/Inesc.



Foto: Instituto de Energia e Meio Ambiente (IEMA).

Transição energética e reforma agrária popular: caminhos para a soberania e a justiça socioambiental

A convite do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), ainda no âmbito da Cúpula dos Povos, o Inesc participou de um diálogo que trouxe para o centro do debate sobre a Reforma Agrária o entendimento de que a transição energética constitui um elemento essencial e estratégico para garantir a permanência dos trabalhadores no campo, assegurar a segurança alimentar e hídrica e fortalecer a adaptação frente às mudanças do clima. No entanto, é fundamental que se construa uma visão estratégica da transição energética para a Nação e, conseqüentemente, para a população brasileira.



Atividade com o MST na Cúpula dos Povos. Foto: Gabriela Alves/Inesc.

3.5. Outras atuações internacionais

3.5.1. BRICS

O Inesc atuou nos Brics no âmbito do Conselho Popular do Bloco, integrando três grupos de trabalho: Financiamento, Educação e Ecologia. Os grupos de trabalho contaram com representantes de movimentos sociais, da academia e de organizações não governamentais para a construção de propostas para a Cúpula dos Brics, que ocorreu em julho de 2025. O texto foi construído a partir de demandas dos diversos segmentos que integraram os grupos de trabalho, tendo sido discutido nacionalmente e internacionalmente, com a elaboração de parágrafos-síntese para apresentação aos líderes do Brics na Cúpula.

O documento refletiu a agenda do Inesc, ao abordar o financiamento climático para adaptação, a energética justa, o reforço da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Cooperação Tributária Internacional e a defesa de uma educação acessível e de qualidade. A iniciativa teve seguimento com reuniões posteriores dos grupos de trabalho para a síntese geral das demandas e dos debates e para a apresentação na Cúpula Popular dos Brics, em dezembro de 2025, com o objetivo de fortalecer a articulação do Conselho Popular e mobilizar a luta por uma transição ecológica popular baseada em direitos.

3.5.2. Acordos de comércio

O Inesc atuou na agenda de comércio, em conjunto com a Frente Brasileira contra os Acordos Mercosul-UE e Mercosul-EFTA e com a Rede Birregional contra os Acordos de Livre Comércio, participando ativamente das reuniões de ambas as articulações. Além disso, construímos uma atividade enlaçada na Cúpula dos Povos da COP 30 que nos permitiu traçar estratégias e entender novos caminhos de atuação para o ano de 2026. Também atuamos no Congresso Nacional, participando de espaços de articulação com lideranças parlamentares e levantando preocupações sobre as fragilidades das salvaguardas socioambientais frente ao caráter vinculante do capítulo das disposições de caráter comercial econômico do acordo, o que permite que exista um grande potencial de aumento de emissões, quando a regulação comercial é sobreposta à regulação ecológica.

Todavia, ao que tudo indica, o acordo deverá ser aprovado em 2026, especialmente considerando-se a desordem do comércio internacional provocada pela gestão Trump. Nesse contexto, para os governos de ambas as regiões, cresce a importância de dispor de um mercado regulado e mais seguro, que deverá ser a maior zona de livre comércio do mundo.

Ao longo do ano, tivemos reuniões com Eurodeputados para discutir as implicações do Acordo a partir das perspectivas da sociedade civil, trazendo posicionamentos do Inesc em relação aos impactos climáticos dessas negociações e atuando conjuntamente com a Frente para entregar documentos sólidos com as nossas demandas em relação aos textos e às negociações.

3.5.3. A proteção da sociobiodiversidade

Tendo em vista a expertise do Inesc em financiamento de políticas públicas, fomos convidados a integrar dois espaços internacionais relevantes para a proteção da sociobiodiversidade: o Comitê de Financiamento da Iniciativa Forest, People and Climate (FPC) e a Tierra – Transformations in Economies for Rights and Resources Alliance.

Em ambos os espaços, defendemos o financiamento público e livre de endividamento da proteção, preservação e restauração das florestas e dos direitos socioterritoriais.

4. Objetivo específico 3: Coletivos, movimentos, povos e comunidades tradicionais fortalecidos para a promoção da distribuição equitativa de poder na sociedade, com ênfase na ação política antirracista e feminista

O Inesc atua na defesa da democracia e na construção de relações de poder inclusivas e justas. Para isso, integra a Plataforma dos Movimentos Sociais por Outro Sistema Político e o Pacto pela Democracia, mas também desenvolve ações próprias ou em parceria com outros atores coletivos.

4.1. Plataforma dos Movimentos Sociais por Outro Sistema Político

O Inesc representa a Plataforma dos Movimentos Sociais por Outro Sistema Político no GT Violência Política de Gênero (GT-VPG), que é coordenado pela Procuradoria-Geral Eleitoral (PGE) do Ministério Público Federal (MPF). Em 2025, o GT continuou atuando para monitorar os casos de violência política de gênero, trabalho com o qual contribuímos e que tem desdobramentos por meio das juristas presentes no grupo. Um exemplo emblemático foi o processo contra o senador Plínio Valério, que praticou violência contra a ministra Marina Silva, caso que foi acompanhado pelo GT.

O Inesc também representa a plataforma no Conselho Nacional de Participação Social (CPS) – conforme a Portaria SG/PR nº 71, de 11 de dezembro de 2025 – e participou da reunião de planejamento para 2026, ocorrida em dezembro, que contou com a presença do presidente Lula e do ministro da Secretaria-Geral da Presidência da República, Guilherme Boulos.

Ao longo de 2025, o Inesc acompanhou a tramitação e o debate político-institucional em torno da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 3/2021, conhecida publicamente como “PEC da Blindagem”. A proposição buscava promover alterações constitucionais com impacto direto sobre o regime de responsabilização penal de parlamentares, ao condicionar a abertura de processos criminais à autorização prévia da respectiva casa legislativa, mediante votação secreta e quórum qualificado, o que, na prática, ampliaria

barreiras institucionais à atuação do Poder Judiciário, em especial do Supremo Tribunal Federal (STF), diante de parlamentares investigados por crimes.

Diante do grave potencial de retrocesso democrático e institucional da proposta, o Inesc atuou politicamente por meio de sua participação na Plataforma dos Movimentos Sociais por Outro Sistema Político, **contribuindo para a construção e a difusão de posicionamento público contrário à PEC**, com ênfase na defesa da integridade das instituições democráticas e na preservação de mecanismos efetivos de controle e responsabilização.

Embora a proposição tenha sido aprovada na Câmara dos Deputados, a mobilização de organizações da sociedade civil e a pressão pública contribuíram para que o texto fosse rejeitado no Senado Federal e, posteriormente, arquivado, o que interrompeu o avanço da referida medida, que é incompatível com parâmetros mínimos de transparência e com a responsabilidade que deveria nortear a atuação parlamentar.

O Inesc também acompanhou, em 2025, o processo legislativo relacionado ao Projeto de Lei nº 2.162/2023, em tramitação desde 2023. Em sua redação original, a proposição tinha como objetivo a concessão de anistia ampla aos participantes de manifestações políticas antidemocráticas, sobretudo aos que participaram dos atos de 8 de janeiro de 2023, evento marcado pela tentativa de ruptura institucional e por ataques às sedes dos Poderes da República.

O Congresso Nacional deliberou a respeito de um substitutivo, que passou a ser denominado publicamente como “PL da Dosimetria”, que não prevê a anistia de forma expressa, mas promove alterações na dosimetria penal, ou seja, no cálculo técnico e jurídico que define a pena exata de um condenado e na execução da pena, o que representa, na prática, uma significativa redução das punições aplicadas aos condenados por crimes contra o Estado democrático de direito.

Após a aprovação do texto na Câmara dos Deputados, o Inesc atuou em articulação com as organizações que compõem o “Pacto pela Democracia”, subscrevendo uma carta pública dirigida ao Senado Federal, na qual pedia a rejeição da proposta, a reafirmação de compromissos institucionais com a democracia, a responsabilização e a não repetição. Essa manifestação conjunta destacou a centralidade dos princípios da memória, da verdade e da justiça como fundamentos para o enfrentamento de iniciativas que possam produzir atalhos de impunidade e fragilizar o pacto democrático.

A proposta foi aprovada, também, no Senado Federal e culminou no veto integral ao projeto, que foi anunciado no dia 8 de janeiro de 2026 pelo presidente da República, que devolveu ao Congresso Nacional a decisão sobre a manutenção ou a derrubada do veto.

4.2. Participação em espaços de defesa da democracia

4.2.1. Pacto pela democracia

Integramos também o Pacto pela Democracia, que é uma coalizão plural e apartidária de mais de 200 organizações da sociedade civil brasileira, focada em defender o Estado democrático de direito e fortalecer as instituições. Suas ações incluem o combate à desinformação e a promoção do diálogo político.

Em 2025, o Pacto atuou em diversas frentes, tais como: (I) na defesa institucional (o Pacto enviou uma carta aberta sobre os distúrbios no Congresso Nacional em agosto de 2025); (II) no combate à impunidade (a organização manifestou-se contra o Projeto de Lei da Anistia, defendendo a responsabilização por atos golpistas); e (III) no aniversário da democracia (pois o ano de 2025 marcou os 40 anos da redemocratização do Brasil).

4.2.2. Conselho Nacional de Participação Social

O Inesc integra o Conselho Nacional de Participação Social (CPS) no âmbito da Secretaria-Geral da Presidência da República, representando a Plataforma Dhesca Brasil.

Durante o ano de 2025, as prioridades do CPS foram a estruturação e a consolidação dos fóruns estaduais de participação social e a participação social na COP 30. Participamos de debates e incidências no CPS, em articulação com as organizações parceiras, nas seguintes recomendações: (I) aprovação do Orçamento Participativo Nacional; (II) garantia de recursos para a participação social na COP 30; (III) apoio à Resolução nº 258/2024 do Conanda, que dispõe sobre o atendimento de crianças e adolescentes vítimas de violência sexual e a garantia de seus direitos; (IV) apoio às cozinhas solidárias; (V) apoio político e financeiro à realização da Marcha de Mulheres Negras; (VI) apoio à Resolução nº 26.916/2025, que estabelece princípios e diretrizes para a justiça climática e o enfrentamento do racismo ambiental no Brasil, dentre outras recomendações.

Conforme foi mencionado anteriormente, a partir de dezembro de 2025, passamos a ter outra profissional do Inesc no CPS representando a Plataforma dos Movimentos Sociais por Outro Sistema Político.

4.2.3. Conselho de Transparência, Integridade e Combate à Corrupção

O Inesc integra o Conselho de Transparência, Integridade e Combate à Corrupção (CTICC), que funciona no âmbito da Controladoria-Geral da União (CGU). As principais ações do CTICC em 2025 foram voltadas para a COP 30. O CTICC aprovou normas de conduta de autoridades e conflito de interesses. Uma das normas aprovadas foi a de que fosse pública toda a agenda das autoridades envolvidas na COP 30.

Outra ação que o CTICC realizou, a partir de uma proposta do Inesc, foi o Portal da Transparência dos recursos públicos usados na COP. Com isso, todas as verbas destinadas à COP 30 foram divulgadas e tornadas públicas.

4.2.4. Estreitamento do espaço cívico

Em 2025, participamos de vários espaços internacionais de discussão do estreitamento do espaço cívico. Podemos destacar eventos organizados pela organização alemã Pão para o Mundo em Berlim (Alemanha) e da Anistia Internacional em Bogotá (Colômbia). Em ambos os lugares, estiveram presentes representantes de dezenas de organizações não governamentais de todo o mundo. Além da realização de diagnósticos, debatemos estratégias comuns de resistência e de enfrentamento da referida agenda.

Foi consenso entre os participantes que o fechamento dos espaços públicos e a criminalização das organizações e dos movimentos sociais fazem parte de um movimento internacional que recorre a várias estratégias; dentre elas, a desinformação e a perseguição de ativistas, com o objetivo de construir sistemas políticos mais autoritários, a fim de inviabilizar a atuação da sociedade civil na defesa da cidadania e dos direitos.

O cenário internacional não está favorável para a atuação de organizações com o perfil do Inesc. Vários países aprovaram leis que restringem a atuação da sociedade civil e o seu financiamento.

4.2.5. Fórum Permanente Latino-Americano para a Descolonização da Cooperação

O Fórum Permanente Latino-Americano para a Descolonização da Cooperação é uma plataforma de articulação impulsionada por movimentos sociais, ONGs e a academia, cujo objetivo é transformar o sistema de cooperação internacional. Ele busca superar as dinâmicas hierárquicas tradicionais por meio de um novo paradigma baseado na equidade, no feminismo, no antirracismo e na decolonialidade.

O Inesc está na origem da criação do Fórum e faz parte do grupo que anima a iniciativa. Foram realizados dois encontros regionais, um em Lima (Peru), em 2024, e outro em Bogotá (Colômbia), em 2025. Atualmente, o Fórum conta com mais de 350 adesões e atua em quatro eixos: construção de um novo paradigma da cooperação, produção de informações e formação, incidência e difusão de boas práticas.

O Fórum representa uma resposta crítica à cooperação tradicional, buscando que o apoio seja uma ferramenta genuína de justiça social e redistribuição de poder, e não de dependência.

5. Objetivo específico 4: O Inesc tem a sua gestão institucional e a sua capacidade de captação de recursos aprimorada

5.1. Comunicação

Em 2025, a comunicação do Inesc consolidou e aprofundou mudanças iniciadas no ano anterior, com foco no fortalecimento da presença digital e recuperação da visibilidade na mídia. O período foi marcado por resultados expressivos nas redes sociais e na repercussão institucional, ao mesmo tempo em que evidenciou desafios estruturais relacionados ao desempenho do *site*, em um contexto de transformação acelerada no ambiente online, com o advento da incorporação da inteligência artificial nas ferramentas de buscas.

Mesmo diante de um cenário de mudanças significativas nas plataformas digitais, mantivemos o compromisso de fortalecer a imagem do Inesc como referência nas temáticas com as quais trabalhamos, ampliando o alcance dos estudos e contribuindo para qualificar o debate público.

A seguir apresentamos os principais resultados alcançados:

5.1.1. Expansão nas redes sociais

O Instagram apresentou um crescimento expressivo ao longo de 2025. O número de seguidores passou de 9.346 para 18.903, o que representa um aumento de 102% em relação ao ano anterior. Esse desempenho foi impulsionado por campanhas digitais estratégicas, maior regularidade de publicações e pela centralidade de temas de alta relevância pública.

Destaque-se a campanha sobre a COP 30, que resultou na captação de cerca de 5 mil novos seguidores em um único mês, o que evidencia o potencial de mobilização do tema e a efetividade da estratégia de comunicação adotada.

Em 2025, também foi criado o perfil institucional do Inesc no TikTok, que encerrou o ano com 1.046 seguidores. Apesar de ainda estar em fase inicial, a plataforma apresentou resultados relevantes de alcance. O principal destaque foi um vídeo protagonizado por um estagiário do Inesc, no contexto da campanha da COP 30, que viralizou e alcançou aproximadamente 90 mil visualizações, o que indica o potencial da rede para alcançar novos públicos.

5.1.2. Aumento do número de campanhas digitais e incidência temática

Ao longo do ano, o Inesc realizou quatro campanhas digitais:

- (I) Campanha de divulgação do relatório Orçamento & Direitos.
- (II) Campanha institucional voltada à apresentação da missão, dos valores e da marca do Inesc.
- (III) Campanha sobre a COP 30, com foco em financiamento climático.
- (IV) Campanha na área de energia, com destaque para os estudos sobre subsídios às fontes de energia.

Paralelamente, o Inesc participou ativamente de três campanhas relacionadas à reforma tributária, combinando o compartilhamento de conteúdos externos com a produção de materiais próprios, com destaque para a atuação na campanha do Plebiscito Popular, que ampliou o alcance das pautas defendidas pela organização e fortaleceu sua articulação com outros atores da sociedade civil.

5.1.3. Maior presença na mídia

Em 2025, a presença do Inesc na mídia apresentou um crescimento expressivo, revertendo o cenário de retração observado em 2024. Ao longo do ano, a organização registrou aproximadamente 5.200 citações na imprensa, frente a 3.836 menções no ano anterior, o que representa um aumento de 36%.

Quando são analisadas especificamente as citações relacionadas aos temas de orçamento público e justiça fiscal, áreas centrais da atuação institucional do Inesc, o crescimento foi ainda mais significativo, com um aumento aproximado de 58% em relação a 2024. Esse resultado indica a consolidação do Inesc como fonte qualificada para jornalistas e o fortalecimento da organização como referência nesses debates.

Apesar desses avanços, o Inesc ainda enfrenta alguns desafios, como os apresentados a seguir.

Desempenho do site e tráfego orgânico

Em 2025, iniciamos um processo de mudanças na infraestrutura do *site*, com o aumento da memória e da capacidade de processamento do VPS, o que foi decisivo para reduzir instabilidades e aumentar a velocidade de navegação. Além das melhorias de infraestrutura e segurança, realizamos um treinamento para a aplicação das boas práticas de otimização no *site*, com foco em elevar o nível de SEO e reforçar a performance orgânica do Inesc por meio de melhorias estruturais e editoriais.

Em que pese tal esforço, o *site* do Inesc registrou em 2025 uma queda de 25% nas visualizações de páginas. Esse resultado está inserido em um cenário mais amplo de retração do tráfego para *sites* de conteúdo. Com efeito, **dados da plataforma Chartbeat, analisados em relatório do Instituto Reuters**, indicam que, em um período de 12 meses, os acessos a *sites* de notícias originados no Google caíram 33%, em razão de mudanças estruturais na forma como as pessoas encontram informações online. A exibição de respostas e resumos gerados por inteligência artificial nos resultados de busca e a crescente utilização de ferramentas como o ChatGPT como fonte direta de informações, reduzem drasticamente a necessidade de cliques em *links*. Esse contexto impacta diretamente o desempenho do *site* do Inesc e reforça a necessidade de mudanças estruturais na estratégia digital.

Desempenho no Google

Tais mudanças no cenário digital também impactam a posição do *site* do Inesc no *ranking* do Google. De acordo com dados da ferramenta SEMrush, a expressão “justiça fiscal” apresentou uma pequena variação, passando da 19ª para a 22ª posição. Já a expressão “orçamento público” não figura entre os principais resultados monitorados e compete com portais governamentais e institucionais de grande porte.

Assim, para os próximos anos, destacam-se como medidas prioritárias.

- (I) Aprimorar o desempenho e a estratégia editorial no TikTok, consolidando a presença do Inesc na plataforma.
- (II) Promover mudanças estruturais no *site* do Inesc, com foco em desempenho técnico, SEO, experiência do usuário e adaptação ao novo cenário de busca mediada por inteligência artificial.
- (III) Pensar e estruturar ações *off-line* e de incidência política integradas à estratégia de comunicação, articulando eventos, debates públicos, formações, audiências e iniciativas presenciais com a produção de conteúdo digital e a atuação junto à imprensa, de modo a potencializar o impacto das agendas institucionais do Inesc e ampliar a sua capacidade de influência no debate público.

5.2. Gestão de pessoas e captação de recursos

Em 2025, o Inesc manteve e aprofundou o seu compromisso com a formação contínua de sua equipe, reforçando o desenvolvimento de competências essenciais para uma atuação qualificada em nossas agendas estratégicas.

Na área de capacitação, quase a metade dos nossos profissionais (48%) participou de formações voltadas para temas importantes como racismo ambiental, gestão orçamentária e adaptação climática, dentre outros. Um destaque foi a formação interna sobre portais orçamentários, que foi conduzida por uma consultora externa. São esforços que refletem o nosso objetivo de acompanhar as demandas atuais e fortalecer a equipe para enfrentar desafios complexos, tendo inclusive apoiado financeiramente três profissionais em cursos de línguas estrangeiras.

5.3. Sustentabilidade

No campo da sustentabilidade financeira, conseguimos captar três novas fontes de recursos ao longo do ano, sendo duas delas provenientes de recursos públicos. Tal avanço nos permitiu fortalecer o quadro institucional com a contratação de três novos profissionais. É com especial satisfação que registramos a efetivação de nossa estagiária na equipe administrativo-financeira, após um consistente período de aprendizagem e desenvolvimento dentro da própria instituição.

Também houve progressos em nossos processos de *planejamento, monitoramento, avaliação, aprendizagem e sistematização* (PMAAS). Avançamos na quantidade e na qualidade das avaliações aplicadas em projetos com formação, incorporando estratégias de avaliação de aprendizagem já desde a fase de desenho. Utilizamos instrumentos ágeis e acessíveis – como formulários estruturados com acesso via QR Code por celular – e convertemos os dados coletados em relatórios interativos dinâmicos como o Power Bi. Todo esse processo quantitativo esteve conectado a uma avaliação qualitativa com metodologia popular, seguida por um encontro de avaliação com as equipes dos projetos, fechando assim um ciclo completo de reflexão e melhoria contínua.

Vale destacar que, em 2025, o Inesc dedicou-se à construção do seu novo Plano Estratégico, que definirá os rumos da instituição para o período de 2026 a 2030. Com o ciclo atual (2022-2025) em fase de conclusão, o processo foi conduzido de forma participativa ao longo do ano.

Para tal tarefa, estabelecemos uma colaboração com a Organização *SOS Corpo – Instituto Feminista para a Democracia*, que nos assessorou na facilitação da construção do novo plano. A parceria se desenrolou por meio de dois encontros presenciais com toda a equipe, que contruíram momentos centrais para uma análise conjunta do contexto político, uma revisão da estratégia de atuação e reflexões sobre a organização interna. Esses momentos presenciais foram complementados por um processo interno de formação e elaboração, conduzido por uma comissão especialmente organizada para tal, quando, desenvolvemos um quadro conceitual para alinhar nossa análise de contexto e, na etapa mais operacional, definimos os indicadores de monitoramento e remodelamos o instrumento de captação de recursos, alinhando-os à nova estratégia.

Em síntese, o Plano Estratégico 2026-2030 é a materialização de nossa resposta coletiva aos cenários de crise. Ele consolida nosso compromisso com a resistência democrática e com a criação de alternativas, organizando nossa atuação em torno de quatro eixos centrais de enfrentamento: 1) a desigual distribuição de recursos públicos e seus impactos nas políticas; 2) o modelo de desenvolvimento, que agrava a crise climática e as injustiças; 3) a concentração de poder, que mina a democracia e os modos de vida tradicionais; e 4) os desafios internos de gestão e sustentabilidade em um contexto hostil. Mais do que um documento orientador, o referido plano é um mapa de ação coletiva, que busca equilibrar pragmatismo e radicalismo, reforçando nossa expertise em orçamento público como ferramenta central para promover a justiça fiscal e socioambiental e a garantia de direitos para todas as pessoas.

6. Considerações finais: desafios para 2026

A implementação do novo plano estratégico do Inesc começa em 2026, um ano que se apresenta com a intensificação de desafios estruturais já em curso, tanto no Brasil quanto no cenário global.

Um dos eixos centrais é a defesa da democracia em um contexto de crescimento expressivo das extremas direitas, de desinformação e ataques à confiança nas instituições. Nós, da sociedade civil, teremos de atuar simultaneamente na proteção de direitos, na promoção de informação qualificada e na reconstrução de pontes entre grupos sociais fragmentados. Trata-se de um desafio particularmente sensível no Brasil, onde disputas políticas recentes deixaram marcas profundas no tecido social, mas também se repetem em diversas regiões do mundo, com o avanço de movimentos autoritários e a restrição de espaços cívicos.

Outro desafio fundamental diz respeito às desigualdades sociais e econômicas. Apesar de avanços pontuais, a concentração de renda e as múltiplas formas de exclusão – de gênero, raça, território e geração – continuam a limitar o acesso a direitos básicos. No Brasil, isso se expressa de forma aguda na pobreza persistente, na insegurança alimentar e nutricional (que ainda subsiste) e nas desigualdades regionais. Globalmente, crises econômicas, inflação e transformações no mundo do trabalho, impulsionadas pela automação e pela transição digital, associadas a medidas de austeridade, tendem a ampliar vulnerabilidades. A sociedade civil terá um papel crucial na incidência por políticas públicas mais inclusivas e na defesa de sistemas de proteção social robustos.

A agenda climática é outro ponto incontornável. A intensificação de eventos extremos, como secas, enchentes e ondas de calor, coloca pressão sobre comunidades, governos e organizações sociais. No Brasil, a proteção de biomas como a Amazônia e o Cerrado continua sendo estratégica não apenas para o país, mas para o equilíbrio climático global. Ao mesmo tempo, cresce a necessidade de garantir uma transição ecológica justa, que não penalize populações vulneráveis. Nesse campo, nós, organizações da sociedade civil, devemos atuar tanto na denúncia de retrocessos quanto na construção de soluções locais e na articulação de agendas internacionais.

Também se destaca o desafio da sustentabilidade financeira e da autonomia das organizações da sociedade civil. O Norte Global está diminuindo expressivamente suas contribuições à cooperação, por razões tais como: restrições orçamentárias, outras prioridades (sobretudo a guerra) ou o desprezo pela ideia de solidariedade quando os governos são da extrema direita. Ademais, a implementação de projetos se torna cada

vez mais burocratizada e, em muitos casos, verificam-se tentativas de criminalização do nosso trabalho.

Em conjunto, tais desafios apontam para um cenário global mais complexo e instável, no qual a sociedade civil terá de combinar resistência – na defesa de direitos e espaços democráticos – com capacidade propositiva, contribuindo para a construção de alternativas em áreas como justiça social, transição ecológica e governança global.

Anexo I: Inserção política do Inesc em âmbito local, nacional e internacional

Na sua aposta por ações coletivas, o Inesc participa de diversas frentes, articulações e plataformas integrando a coordenação de várias delas.

Em âmbito nacional:

- ABCD – Ação Brasileira de Combate às Desigualdades
- Abong – Associação Brasileira de ONGs
- Aliança Ferrogrão Não!
- Articulação Energia e Comunidades
- Campanha Nacional pelo Direito à Educação
- Coalizão pela Mobilidade Triplo Zero (zero tarifa, zero emissões, zero mortes no trânsito)
- Coalizão Direitos Valem Mais!
- Coalizão Energia Limpa (transição justa e livre do gás)
- Coalizão Negra por Direitos
- Coalizão Reforma Tributária 3S – Sustentável, Saudável, Solidária
- Comitê Nacional em Defesa dos Territórios Frente à Mineração
- FNDC – Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação
- Fórum de Direito de Acesso a Informações Públicas
- Fórum Feminista Antirracista por uma Política Nacional de Cuidados
- Frente Brasil Popular
- Frente de Organizações da Sociedade Civil Brasileira contra os Acordos entre Mercosul-UE e Mercosul-EFTA
- Frente Parlamentar Ambientalista
- Grupo Carta de Belém
- GT Agenda 2030
- GT Infraestrutura
- MNI – Mobilização Nacional Indígena
- Movimento Agenda 227
- Observatório do Clima
- Pacto pela Democracia
- PAD – Processo de Articulação e Diálogo
- Plataforma DHESCA – Plataforma Brasileira de Direitos Humanos Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais
- Plataforma dos Movimentos Sociais por um Outro Sistema Político
- Plataforma por um Novo Marco Regulatório para as Organizações da Sociedade Civil

- Projeto Brasil Popular
- RAC – Rede de Advocacy Colaborativo
- Rebrip – Rede Brasileira pela Integração dos Povos
- Rede por Adaptação Antirracista
- Rede Nacional de Ativistas pela Educação do Fundo Malala

Em âmbito internacional:

- Campanha contra a Austeridade
- CEAAL – Conselho de Educação Popular da América Latina e do Caribe
- CLACSO – Conselho Latino-americano de Ciências Sociais
- Comitê Impulsor da Iniciativa Princípios e Diretrizes de Justiça Fiscal e Direitos Humanos
- Fórum Social Mundial de Justiça e Democracia
- GIFT – Global Initiative for Fiscal Transparency
- Grupo de Trabalho sobre o BRICS da Coalizão Direitos Humanos no Desenvolvimento
- Latindadd – Red Latinoamericana y del Caribe por Justicia Económica, Social y Climática
- RJFALC – Red de Justicia Fiscal de América Latina y el Caribe
- Stop EU-Mercosur Agreement
- The Global Campaign to Reclaim Peoples’ Sovereignty, Dismantle Corporate Power and Stop Impunity

Espaços de participação social federal dos quais participamos em 2025:

- Câmara de Participação Social do Comitê Interministerial de Mudança do Clima (como membro titular)
- Comitê Consultivo da Taxonomia Sustentável Brasileira (como membro titular)
- Conselho de Transparência, Integridade e Combate à Corrupção – CTICC (como membro titular)
- Conselho Nacional de Participação Social – CPS (como membro titular)
- Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – Consea (como observador)
- Fórum Nacional de Transição Energética – Fonte (como membro titular)

Anexo II: Resultados alcançados em 2025

Objetivo geral: o Brasil avança na construção de um ambiente democrático, com distribuição de poder, e orienta seu orçamento público para promover direitos com equidade.

Objetivos Específicos	Resultados	Indicadores	Linha de Base 2021	2025
OE1 Sujeitos de direitos diversos com capacidade para influenciar, em âmbitos nacional e internacional, o orçamento público no enfrentamento das desigualdades e das iniquidades, em especial o sexismo e o racismo.	R1.1 Sujeitos de direitos diversos formados na metodologia O&D incidem junto aos poderes públicos na defesa de seus direitos.	I-1.1.1 % de pessoas formadas que realizaram atividades incidência no orçamento público (municipal, estadual ou nacional) no ano da formação.	7%	6%
		I-1.1.2 % de pessoas formadas que realizaram atividades de incidência referentes as desigualdades de gênero e raça no ano da formação.	0%	21%
	R1.2 Políticas públicas incorporam demandas do Inesc e parceiros para garantir direitos.	I-1.2.1 Número de medidas implementadas pelos poderes públicos, em âmbitos local, estadual e nacional, como resultado da atuação do Inesc e dos parceiros formados.	36	13
		I-1.2.2 Número de medidas implementadas pelos poderes públicos nas áreas de igualdade racial e equidade de gênero, em âmbitos local, estadual e nacional, como resultado da atuação do Inesc e dos parceiros formados.	6	5
	R1.3 Atores públicos internacionais e coalizões de OSC incorporam propostas do Inesc e parceiros por justiça e equidade (IFI, Agenda 2030, OEA, CDH/ONU).	I-1.3.1 Número de medidas implementadas por atores públicos internacionais como resultado da contribuição do Inesc e parceiros (IFI, Agenda 2030, OEA, CDH/ONU).	2	0
		I-1.4.1 Número de citações ao Inesc nas mídias nas temáticas fiscal e de justiça econômica.	1444	2654
		I-1.4.2 Posição do Inesc na página do Google quando se pesquisa "orçamento público" e "justiça fiscal".	Nona página	Justiça Fiscal: posição #22 no ranking. Orçamento público: não aparece no ranking
	R1.4 Inesc reconhecido como referência nas áreas de orçamento público e justiça fiscal	I-1.4.3 Número de citações ao Inesc nas temáticas fiscal e de justiça econômica nas mídias internacionais.	0	60

Objetivos Específicos	Resultados	Indicadores	Linha de Base 2021	2025
OE2 Sujeitos políticos subalternizados têm seus modos de vida e suas práticas reconhecidos e considerados pelas políticas públicas para efetivação de direitos nos âmbitos local, nacional e internacional.	R2.1 Processos formativos impulsionados pelo Inesc assim como informações produzidas pelo Instituto mobilizam sujeitos de direitos para incidir junto aos poderes públicos locais e nacionais no sentido de fortalecer uma narrativa de territórios sustentáveis, justos e fundados em direitos.	I-2.1.1 Número de sujeitos parceiros do Inesc – locais, regionais e nacionais – que agem para fortalecer uma narrativa de territórios sustentáveis, justos e fundados em direitos.	20	238
		I-2.1.2 Número de ações culturais que fortalecem as narrativas de resistências e de afirmação das lutas populares.	35	7
	R2.2 Atores públicos internacionais e coalizões de OSC incorporam propostas do Inesc e parceiros por justiça e equidade (COP, Acordos UE/Mercosul e Efta).	I-2.2.1 Número de medidas implementadas por atores públicos internacionais como resultado da atuação do Inesc com parceiros (COP, Acordos Mercosul/UE e Mercosul/Efta).	0	1
OE3 Coletivos, movimentos, povos e comunidades tradicionais fortalecidos para a promoção da distribuição equitativa de poder na sociedade, com ênfase na ação política antirracista e feminista.	R3.1 Plataforma dos Movimentos Sociais por Outro Sistema Político fortalecida pela ação do Inesc.	I-3.1.1 Número de organizações, movimentos e coletivos que participam da Plataforma dos Movimentos Sociais pela Reforma do Sistema Político com o apoio do Inesc.	92	153
		I-3.1.2 Números de impressões e visualizações dos canais de comunicação (site, mídias sociais) da Plataforma dos Movimentos Sociais por um outro Sistema político.	60.966	44.414
	R3.2 Inesc atuando com outros para fortalecer o debate sobre a democracia.	I-3.2.1 Número de medidas implementadas pelos poderes públicos como resultado da atuação do Inesc com outros.	9	2
OE4 O Inesc tem a sua gestão institucional e a sua capacidade de captação de recursos aprimoradas.	R4.1 O Inesc é uma organização que incorpora processos de aprendizagem, até mesmo para assegurar sua sustentabilidade financeira.	I-4.1.1 Valor total do orçamento do Inesc.	R\$ 9,4 milhões	R\$ 15 milhões
		I-4.1.2 Número de ações de inovação implementadas.	4	0
		I-4.1.3 % de pessoas negras nos espaços decisórios (Conselho Diretor, Colegiado de Gestão).	0	29%
	R4.2 O Inesc com maior integração e colaboração entre as áreas.	I-4.2.1 % de profissionais do Inesc participando de processos de formação.	62%	48%
I-4.2.2 % de pessoas da equipe do Inesc satisfeitas em relação à integração e colaboração.		87%	90%	

